

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**A INFLUÊNCIA DA EXPERIÊNCIA DE RECLUSÃO NA FORMAÇÃO DAS
PERSPETIVAS DE (RE) INTEGRAÇÃO SOCIAL DE MULHERES EM CUMPRIMENTO
DE PENA**

Josiana Rita Simões Silva

Outubro 2013

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Inês
Maria Guimarães Nascimento
(F.P.C.E.U.P.).

O frio metálico impetuoso ao frágil pulso,
O número rude que sequestra a identidade,
A farda que sufoca qualquer impulso
(O maior deles gritar pela liberdade).

Aqui, paredes são demónios insaciáveis
Que se alimentam lentamente das tuas memórias;
Às tuas lágrimas são impermeáveis,
Depressa te farão esquecer as tuas glórias.

Fecharás os olhos e verás prados,
Respirarás fundo e terás maresia,
Ao suspirar miras rostos amados;
Que ânsia dura por chegar o dia.

Ouve-se em sussurro a prece pelos dias sem submissão,
Pelo futuro que oculta o presente de Hades,
Para que o destino te entregue em mão
O sonho voando por detrás das grades.

Lília Gisela Cipriano

AGRADECIMENTOS

Chego, agora, ao culminar da minha tese, que passou por várias etapas e, certamente, envolveu uma série de acontecimentos marcantes na minha vida. Ao longo deste grande percurso, passaram (e ficaram) muitas pessoas a quem devo estar imensamente grata. Assim quero agradecer este trabalho a todas elas.

À Professora Dra. Inês Nascimento pela orientação próxima e cuidada! Pela disponibilidade constante, preocupação, rigor, empenho, apoio e conselhos.

À Direção Geral dos Serviços Prisionais, à Santa Casa da Misericórdia do Porto, à Dra. Paula Leão e ao Dr. Paulo Moimenta Carvalho por aceitarem a proposta de investigação no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo.

À Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto pela formação e pelo permanente incentivo à aprendizagem e enriquecimento pessoal.

Ao Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, funcionários e corpo de Guardas Prisionais por serem tão prestáveis comigo ao longo de todo este percurso!

Às “minhas reclusas”! Obrigada pela vossa participação na investigação! Obrigada por toda a aprendizagem e pela oportunidade que me proporcionaram de crescer e evoluir mais um pouco, neste meu percurso. Mais do que uma recolha de dados, possibilitaram-me uma experiência de vida enriquecedora e inesquecível!

À Mara, pelo companheirismo, força e amizade!

Aos avós, pelos fins de semana de descontração! Obrigada avó pelo carinho!

À Tati e à Yara, pela minha ausência! Obrigada pelo carinho. São um orgulho!

À Sandra! Obrigada pelo entusiasmo e pela força!

Ao Ima e ao Leandro, pelo carinho! Obrigada pela descontração! Obrigada pelas gargalhadas, brincadeiras e sorrisos!

À tia Marília! Obrigada pela simpatia e pelos elogios que me dão ânimo. Obrigada pelo carinho!

À Carina, minha amiga e cúmplice de sonhos! Obrigada por todas as partilhas, horas de desabafos e por toda a ajuda. Por tudo o que partilhámos e vivemos juntas. Obrigada mana, por tornares estes cinco anos tão especiais! Obrigada pela nossa amizade!

À Bete, irmã de coração! Obrigada pela preocupação, carinho e desabafos. Obrigada pelos telefonemas com conselhos e palavras doces, que sempre me encorajaram. Obrigada por toda a transmissão de confiança e de força em todos os momentos. Obrigada pela nossa amizade!

Aos meus meninos, verdadeiros amigos! Pela companhia nas imensuráveis horas de redação deste trabalho! Obrigada pelo apoio através de gestos cheios de amor e por todos os sorrisos e gargalhadas constantes que me despertaram e me deram força. Obrigada por me fazerem tão feliz!

À Gi! Obrigada pelo poema! Obrigada também por me fazeres acreditar que juntas tudo venceremos! Obrigada por tudo!

Ao Marinho, pela certeza de que estaria sempre lá! Obrigada Marinho pelas imensas horas perdidas na formatação de toda esta tese. Pelo teu envolvimento e interesse! Pela presença constante, força e entusiasmo. Obrigada pelo teu apoio, atenção, dedicação e carinho. Por torceres sempre por mim! Obrigada por, simplesmente, me preencheres o coração!

Aos meus pais, a quem dedico esta tese! Obrigada por todo o carinho, amor, compreensão. Por me terem apoiado incondicionalmente em todas as minhas escolhas. Obrigada por vibrarem com as minhas conquistas! Espero que esta etapa, que agora termino, possa, de alguma forma, retribuir e compensar toda a dedicação que me ofereceram. Obrigada mamã pela paciência, conselhos e pensamento positivo que tanto me ajudaram nos momentos de maior dificuldade. Obrigada por estares ao meu lado na procura de todos os sonhos desde o primeiro dia! Obrigada pela nossa amizade e cumplicidade! Obrigada papá pela ajuda no tratamento dos dados estatísticos. Obrigada pelo teu exemplo de “luta”, por me ensinares a nunca desistir de nada, pois com amor e esforço tudo se alcança. Obrigada pela tua confiança em mim e dedicação. Sem ti nada seria possível! Admiro-te muito!

Ao avô Silvino e à avó Rosa! Obrigada por estarem sempre comigo! Obrigada avó, pela certeza de que me ajudas a brilhar!

A todos os demais que possam ter contribuído para o concretizar desta tese, muito obrigada!

Porto, 22 de outubro de 2013

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo explorar, partindo do ponto de vista de mulheres em situação de reclusão, em que medida e em que sentido o que acontece no seu quotidiano, durante o tempo em que estão privadas de liberdade, se mostra importante no modo como projetam a sua vida no regresso à liberdade. Participaram neste estudo 10 mulheres em cumprimento de pena no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo com o estatuto jurídico de condenadas. Através das entrevistas semiestruturadas realizadas com as reclusas, procurou-se obter dados pertinentes relativamente aos períodos de vida (1) anterior (antecedentes vivenciais), (2) durante (experiências na cadeia) e (3) posterior à reclusão (perspetivas de futuro no regresso à liberdade). As informações recolhidas, depois de transcritas, foram objeto de análise e discussão pelas reclusas. Os resultados do estudo permitem concluir que as mulheres reclusas perspetivam o seu futuro regresso à liberdade de uma forma, predominantemente, positiva, antecipando com otimismo os acontecimentos de vida pós reclusão, com destaque para a colocação na estrutura social de emprego e/ou de formação, objetivo para o qual contam com o apoio de familiares. Aparentemente, as experiências vividas pelas mulheres, durante o período de reclusão, nomeadamente, as ocupações laborais, escolares e formativas em que tiveram a oportunidade de se envolver, bem como as visitas e as medidas de flexibilização de que foram objeto, influenciam de um modo significativo e favorável as suas expetativas e projetos de vida futuros quando terminar o cumprimento da pena. Tendo em conta estes resultados, parece justificar-se a criação de condições, em meio prisional, para a experimentação e integração do significado e das implicações futuras de atividade de exploração (direta e indireta) do *self* e da realidade que aí tenham lugar e que possam permitir às reclusas capitalizar o tempo da reclusão, sob a forma de ganhos psicológicos suscetíveis de serem investidos (e recompensados), num processo de reintegração social bem sucedido.

Palavras chave: mulheres, reclusão, reintegração social, perspetiva de futuro, projetos de vida.

ABSTRACT

The present study aims to explore, based on the point of view of women in a situation of reclusion, the extent and manner in which occurrences in their daily life, during the time they were deprived of freedom, become important in the way they project their life when returning to freedom. The participants in this study were ten women serving their sentence in the Prison of Santa Cruz do Bispo, with a convicted legal status. Through semi structured interviews with the inmates, the goal was to obtain relevant data concerning the periods of their lives (1) before (experiential background), (2) during (experiences in prison) and (3) after reclusion (prospects for the future when returning to freedom). The information collected, after being transcribed, was object of analysis and discussion by the inmates. The results of this study suggest that inmate women view their future return to freedom in a predominantly positive way, optimistically anticipating their life experiences post reclusion, with a special focus on their insertion in the social structure of employment and/or professional training, goal for which they rely on the support of family members. Apparently, the experiences of these women during the period of reclusion, namely, the labor, academic and formative occupations with which they had the opportunity to get involved, as well as visitations and flexibility measures of which they were object, significantly and favorably influence their expectations and future life projects for when they finish their sentence. Considering these results, it is, therefore, justified to create, in a prison environment, conditions for the experimentation and integration of the meaning and future implications of activities of (direct and indirect) exploration of self and the reality occurring there, which will allow the inmates to capitalize on their reclusion time, in the form of psychological gains susceptible of being invested (and reinforced) in a successful social reintegration process.

Key words: women, reclusion, social reintegration, future prospects, life projects.

RÉSUMÉ

Cette étude a l'objectif d'explorer la situation des femmes détenues et de quoi s'arrive dans son quotidien pendant le temps qu'elles sont privées de leur liberté, il est très important pour comprendre comment elles font sa vie en liberté après sa libération.

En cette étude ont participé 10 femmes qui sont prisonnières dans la prison spéciale en Santa Cruz do Bispo avec la condition de condamnées. Des rendez-vous font à les prisonnières il a été cherché la obtention des informations relatives aux périodes (1) avant (les précédents de sa vie), (2) pendant (des expériences dans la prison) et (3) après sa réclusion (les perspectives de son futur en liberté) de la vie des prisonnières. Les informations obtenues, après sa transcription, ont été l'objet d'analyses et discussions des prisonnières. Les résultats de cette étude ont conclu que les femmes qui sont prisonnières soignent son futur en retour à la liberté comme une chose très positive, elles attendent ce moment avec optimisme et tous les moments qui ont arrivé après son emprisonnement, en évidence pour son intégration dans le monde du travail et de la formation, pour cet objectif elles attendent le appui de ses familles. Apparemment les expériences vécues pour les femmes pendant son emprisonnement, notamment les occupations du travail, de l'école et de formation qu'elles ont conclues dans la prison, aussi les visites et les mesures de flexibilisation de laquelle elles ont été objet, tout ça a influencé significativement ses attentes et ses projets pour le futur de sa vie quand elles ont terminé son emprisonnement. Quand si regarde ses résultats, il est favorable la création de conditions dans la prison pour l'expérimentation et intégration du sens et des futures implications de l'activité d'exploration (direct et indirect) du *self* et de la réalité qui on place et qui peut permettre à les prisonnières la capitalisation de son temps de réclusion sur la forme de gains psychologiques avec l'investissement des prisonnières (et récompense) dans un processus d'intégration sociale avec beaucoup de succès.

Mot-clé : femmes, réclusion, intégration sociale, perspectives pour le futur, projets de vie

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
RÉSUMÉ.....	VI
ÍNDICE.....	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	X
ÍNDICE DE TABELAS	XI
ABREVIATURAS	XII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1.ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL E TEÓRICO.....	4
1.1. SISTEMA PRISIONAL – EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIOS	4
1.2. RECLUSÃO FEMININA EM PORTUGAL.....	7
1.3. REINTEGRAÇÃO SOCIAL E REEDUCAÇÃO NA POPULAÇÃO RECLUSA	8
1.4. O CONTEXTO PRISIONAL COMO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL E DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	16
CAPÍTULO 2.ESTUDO EMPÍRICO	19
2.1. OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	19
2.2. MÉTODO	20
2.2.1. <i>Participantes</i>	20
2.2.2. <i>Caracterização do contexto de recolha de dados</i>	23
2.2.3. <i>Tipo de estudo</i>	25
2.2.4. <i>Procedimentos de acesso aos participantes e de recolha de dados</i>	26
2.2.5. <i>Instrumento de recolha de dados</i>	28
2.2.6. <i>Análise dos dados</i>	29
CAPÍTULO 3.APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31

3.1.	PERÍODO PRÉ RECLUSÃO	31
3.1.1.	<i>Qualidade de Vida</i>	31
3.1.2.	<i>Infância</i>	31
3.1.3.	<i>Relação com a família</i>	32
3.1.4.	<i>Relação com os amigos</i>	32
3.1.5.	<i>Motivo do crime</i>	32
3.2.	PERÍODO RECLUSÃO	33
3.2.1.	<i>Adaptação</i>	33
3.2.2.	<i>Visitas</i>	35
3.2.3.	<i>Acompanhamento e apoio dos amigos</i>	36
3.2.4.	<i>Acompanhamento e apoio familiar</i>	37
3.2.5.	<i>Relação com outras mulheres reclusas</i>	38
3.2.6.	<i>Ocupação</i>	39
3.2.7.	<i>Aspetos positivos da reclusão</i>	42
3.2.8.	<i>Aspetos negativos da reclusão</i>	43
3.3.	PERÍODO PÓS RECLUSÃO	43
3.3.1.	<i>Objetivos pessoais de vida para o regresso à liberdade</i>	43
3.3.2.	<i>Valência das perspetivas pessoais do futuro em liberdade</i>	44
3.3.3.	<i>Perspetivas de apoio</i>	46
3.3.4.	<i>Perspetivas para as relações de amizade</i>	46
3.3.5.	<i>Perspetivas para as relações familiares</i>	47
3.3.6.	<i>Perspetivas de (re) integração na sociedade</i>	47
3.3.7.	<i>Fatores de influência no processo de (re) integração</i>	48
3.3.8.	<i>Perspetivas de emprego</i>	49
3.3.9.	<i>Participação e envolvimento em atividades sociais, culturais e de lazer</i>	50
3.3.10.	<i>Intenções em frequentar cursos de formação profissional</i>	50
3.3.11.	<i>Mudanças geradas pela reclusão</i>	50
	CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TRABALHOS FUTUROS	52
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
	ANEXO A - RECLUSÃO FEMININA EM PORTUGAL	60
	ANEXO B - ESTABELECIMENTO PRISIONAL ESPECIAL DE SANTA CRUZ DO BISPO	62

ANEXO C – DOCUMENTAÇÃO	70
C.1. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE DADOS	71
C.2. DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO	72
C.3. DECLARAÇÃO DE ACESSO À TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA.....	73
C.4. CARTA INFORMATIVA	74
ANEXO D – DOCUMENTAÇÃO DE RECOLHA E DE ANÁLISE DOS DADOS	75
D.1. QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.....	76
D.2. PROTOCOLO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA.....	77
D.3. CATEGORIAS	80

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho de Estudo.....	28
-----------------------------------	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização Individual das Participantes	21
Tabela 2 - Ocupação	22
Tabela 3 – População reclusa por gênero	60
Tabela 4 - Distribuição das mulheres reclusas <i>por tipo de Estabelecimento Prisional</i>	60
Tabela 5 – Situação jurídica das mulheres reclusas por nacionalidade	60
Tabela 6 – Mulheres reclusas condenadas segundo os crimes	60
Tabela 7 – Nacionalidade das mulheres reclusas	61
Tabela 8 – Habilitações literárias das mulheres reclusas	61
Tabela 9 - Nacionalidade da População Reclusa no EPESCB	62
Tabela 10 - Situação Jurídica da População Reclusa do EPESCB	62
Tabela 11 - Crimes da População Reclusa Preventiva do EPESCB	63
Tabela 12 - Crimes da População Reclusa Condenada do EPESCB	63
Tabela 13 - Tempo de Pena da População Reclusa do EPESCB	65
Tabela 14 - Medidas de Flexibilização da População Reclusa do EPESCB	65
Tabela 15 - Reincidência da População Reclusa do EPESCB	65
Tabela 16 - Idades da População Reclusa no EPESCB	66
Tabela 17 - Habilitações Literárias da População Reclusa do EPESCB	66
Tabela 18 - Profissões anteriores ao período de detenção da População Reclusa no EPESCB	66
Tabela 19 - Estado Civil da População Reclusa no EPESCB	68
Tabela 20 - Número de filhos no EPESCB	68
Tabela 21 - Ocupação no período de reclusão da População Reclusa do EPESCB	68
Tabela 22 - Frequência nos cursos EFA	69
Tabela 23 - Categorias	80

ABREVIATURAS

ALV- Aprendizagem ao Longo da Vida

DGSP- Direção Geral dos Serviços Prisionais

EFA- Educação e Formação de Adultos

EP- Estabelecimento Prisional

EPESCB- Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo

LSJ- Licença de Saída Jurisdicional

PIR- Plano Individual de Readaptação

RAE- Regime Aberto no Exterior

RAI- Regime Aberto no Interior

RAVI- Regime de Visitas Íntimas

RS- Reintegração Social

SIP- Sistema de Informação Prisional

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos tempos, observa-se um aumento significativo das taxas de reclusão feminina, um pouco por todo o mundo, alcançando Portugal uma posição de relevo, uma vez que exhibe um índice superior à média europeia (Fonseca, 2010). Com efeito, a população reclusa feminina apresentou um crescimento significativo entre as décadas de 80 e 90, com três picos registados em 1886, 1992 e 1995. No final de 1996, Portugal exibia a percentagem mais elevada de mulheres nas prisões, situando-se na ordem dos 10% em confronto com os 6% apresentados pela maioria dos países Europeus (e.g. Luxemburgo, Ucrânia, Dinamarca, Noruega, Suécia, Hungria, França, Inglaterra e Itália) (Fonseca, 2010).

A população reclusa feminina, quando comparada com os homólogos masculinos, possuía características ímpares: faixa etária mais elevada (35 para 33), menor escolarização (16,5% para 6,1% de analfabetismo), elevadas condenações por crimes relacionados com estupefacientes (73,7% para 34,5%), menos condenações por crimes contra pessoas e contra património (14,2% para 44,8%) e penas mais pesadas (de três a seis anos: 39% para 35% e de seis a nove anos: 36% para 23,5%) em consequência, talvez, do tipo do crime praticado (Ferreira, 1991).

De acordo com os dados estatísticos da Direção Geral dos Serviços Prisionais, correspondentes ao segundo trimestre do ano de 2012, o número total da população reclusa em Portugal é de 13490, sendo que a percentagem de mulheres reclusas corresponde a 5,6% da população prisional, contra 94,4% de homens reclusos.

Este crescimento significativo do índice de reclusão feminina observa-se, não apenas no contexto português, mas também em toda a Península Ibérica, onde a percentagem de mulheres reclusas tem vacilado entre os 8% e os 9% (Almeda, 2003). Deste modo, Portugal e Espanha evidenciam-se como países que abarcam um índice de reclusão feminina superior à média europeia (Fonseca, 2010).

Apesar do facto de se assistir, ao longo do tempo, a um crescimento do número de mulheres presas, a literatura aponta para a “ausência de estudos em Portugal sobre a mulher que transgride as normas sociais e legais, sobre as formas de transgressão feminina e sobre a reação social a ela” (Matos & Machado, 2007, p.1041).

Não obstante, e estimulada pela segunda vaga do movimento feminista, a investigação internacional tem manifestado um interesse progressivo pelo estudo e investigação da relação da mulher – vítima, transgressora, ou profissional – com o sistema da justiça (Heidensohn, 1985, citado por Matos & Machado, 2007).

Em termos sociais, esta maior atenção dada à situação das mulheres transgressoras reflete, em larga medida, o reconhecimento de que os papéis que desempenham fora do contexto prisional, como, por exemplo, o papel de mãe, podem estar na base do maior sofrimento das mulheres, durante o cumprimento da sua pena, quando comparado com o sofrimento dos homens (Matos e Machado, 2007). Segundo estes mesmos autores, a interrupção do papel maternal, em consequência da reclusão, é excessivamente perturbadora para as mulheres, tendo em conta também a pressão social que se exerce sobre a mulher para tratar e cuidar da família. Assim, na aplicação da lei penal, os prejuízos para a mulher parecem estar mais relacionados com a punição pela imagem social, que dela se traça, do que pelos comportamentos criminosos praticados (Matos & Machado, 2007).

Também se refere que o afastamento em relação à família, dada a escassez de estabelecimentos prisionais femininos, que obrigam a um forte distanciamento geográfico relativamente aos locais originais de residência, podem funcionar como fator impeditivo de um contacto mais regular entre a população reclusa e os seus familiares (Pollock, 1998).

Considerando, por um lado, o número cada vez mais expressivo de mulheres que entram e saem das cadeias portuguesas, e tendo em conta que os dados da literatura apontam para uma diferenciação de género na vivência da reclusão, sendo, apesar disso, reduzido o número de estudos que se focam na reclusão feminina, a presente investigação pretende alcançar uma compreensão mais profunda acerca da influência das experiências de reclusão de mulheres nas suas perspetivas de futuro (o que estas mulheres querem, ou esperam, vir a ser e a fazer) e nas suas expetativas de (re) integração social (incluindo os apoios antecipados, a empregabilidade, a participação em atividades sociais, culturais, formativas e de lazer), no período de vida que se segue ao cumprimento de pena.

Trata-se, por conseguinte, de um estudo, que procura explorar, partindo do ponto de vista das próprias reclusas, em que medida e em que sentido o que acontece no quotidiano destas mulheres, durante o tempo em que estão privadas de liberdade, se mostra consequente em termos do modo como projetam a sua vida no regresso a essa mesma liberdade.

Para uma melhor compreensão da presente investigação, o texto que se segue encontra-se estruturado em três capítulos principais.

Na presente introdução, procede-se a uma exploração preliminar do tema, salientando-se a sua importância, expõe-se os objetivos gerais de investigação e apresenta-se a estrutura do trabalho.

Segue-se o capítulo 1, dedicado ao enquadramento contextual e teórico, onde é apresentada uma revisão bibliográfica, que servirá de suporte ao trabalho empírico. Nesta revisão bibliográfica, é abordado o tema da prisão (sendo feita uma referência à sua contextualização histórica e social e ao surgimento do sistema penitenciário); é feita a caracterização da reclusão feminina em Portugal; são abordadas questões relativas à reintegração social e reeducação da população reclusa; e é efetuada uma referência ao contexto prisional, enquanto contexto de desenvolvimento vocacional e de aprendizagem ao longo da vida.

No capítulo 2, que abarca o estudo empírico, é realizada uma explicação metódica de toda a investigação, onde são descritos os objetivos e questões de investigação e o método (com referência às participantes, à caracterização do contexto de recolha de dados, ao tipo de estudo, ao procedimento de recolha de dados, aos instrumentos de recolha de dados e à análise dos dados).

Segue-se, no capítulo 3, a apresentação e discussão dos resultados de modo a extrair algumas conclusões acerca das perspetivas de (re) integração social das mulheres em cumprimento de pena, bem como acerca da influência da sua experiência de reclusão na formação destas perspetivas.

E por fim, procede-se a uma reflexão acerca de todo o trabalho desenvolvido nesta investigação, expondo-se as principais conclusões, limitações (algumas das quais atinentes ao processo da sua própria realização) e também sugestões para investigações e intervenções futuras.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL E TEÓRICO

1.1. SISTEMA PRISIONAL – EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIOS

Para uma melhor compreensão do papel das prisões, é importante atentar nas evoluções sócio históricas que o influenciaram.

Na Antiguidade, a pena privativa de liberdade não se empregou como forma independente de resposta do poder, em relação às práticas criminosas (Fonseca, 2008). Nesta altura, a pena privativa de liberdade era atentada como um meio de assegurar a assiduidade do indivíduo criminoso, perante a autoridade incumbida de o julgar e de lhe decretar a sanção merecida (Carvalho, 2006, citado por Fonseca, 2008). No entanto, segundo Almeda (2002), apesar das circunstâncias em que este tipo de pena se utilizava, era julgada como demasiada generosa para a repressão da transgressão. De acordo com Silva (1999, citado por Fonseca, 2008), a criação da pena privativa de liberdade como pena física e não como pena redutora da liberdade, distingue-se, de forma significativa, das conceções contemporâneas, mas situa-se completamente ajustada ao pensamento da época, que ainda não percecionava a liberdade como um dos direitos baseais do ser humano. Nesta altura, a defesa contra o crime descrevia-se pela sentença, pela barbaridade e pela crueldade, baseando-se a aplicação da pena, em sentimentos de vingança privada (Carvalho, 2006, citado por Fonseca, 2008).

No período do Antigo Regime, entre o século XIII e o século XVIII, as penas vão-se modificando, passando de privadas a públicas e destacando-se a intervenção do poder público na proibição dos comportamentos criminosos (Fonseca, 2008). Assim, e de acordo com Carvalho (2006, citado por Fonseca, 2008), a vingança privada dá espaço à vingança pública, à intimidação e à repressão social, visto que o crime é entendido como uma injúria à sociedade inteira.

O modelo punitivo dos Regimes Absolutistas tinha como principal intento a concretização do suplício do corpo, num espetáculo exibido como um meio de redimir o crime e de salientar o poder total do rei (Foucault, 2004). Assim, de acordo com este autor, as penas constavam de um castigo físico, que seria visualizado, publicamente, numa cerimónia judiciária, ou numa privação da liberdade com o sentido de intimidação e de

custódia. Esta crueldade do poder manifestado no suplício, era considerada uma forma de preservar o poder do soberano, através do medo e de um ritual público de supremacia (Foucault, 2004).

A partir da segunda metade do século XVIII, é estimulada uma modificação na mentalidade, que diz respeito aos desígnios das penas, efetuada através do movimento Iluminista deste século, que remete à fase moderno do Direito Penal e da consagração do Estado (Fonseca, 2008). Assim, segundo este mesmo autor, o caráter independente e absoluto do poder real é rejeitado pelo pensamento Iluminista, é anunciada a igualdade de todos perante a lei e é estabelecido e validado o direito de punir na necessidade social de garantia dos direitos individuais da vida em sociedade. Deste modo, a pena passa a ser entendida como uma medida de utilidade social, cujo intento assenta na prevenção geral de intimidação ou dissuasão, devendo estar, a sua aplicação, sujeita aos princípios da legalidade e proporcionalidade, sendo aplicada a pena indispensável para se prevenir a prática do crime (Fonseca, 2008). Segundo Silva (2001), nesta altura, o comportamento delinquente era entendido como um erro, que para ser reparado se deveria privar o indivíduo criminoso da liberdade, procurando-se educá-lo e corrigi-lo (Silva, 2001).

No final do século XIX, presencia-se a uma mudança, fomentada através da Escola Positivista de Lombroso e Ferrero, das penas com uma valência corretiva, para as penas como uma forma de reabilitação e de tratamento do infrator (Fonseca, 2008).

Dias (1993) refere que o direito penal fundamentou esta alteração nas penas com a necessidade de defesa da sociedade contra a perigosidade dos transgressores, ativando a prevenção especial como objetivo principal da pena, conduzindo, assim, a política criminal a concentrar-se na perigosidade do delinquente, uma vez que o crime seria um indício dessa mesma perigosidade. Carvalho (2006, citado por Fonseca, 2008) alude à cooperação da Escola Positivista com o direito penal, destacando a importância de se tomar em reflexão a personalidade concreta do delinquente, tendo, assim, as sanções, o objetivo de reabilitar e tratar os criminosos. Deste modo, a prisão assume um caráter penitenciário, ao qual tem sido acrescentado o papel de reeducação, enquanto mecanismo de controlo social (Canteiro, 2006).

Segundo Correia (2007) as ideias iluministas contribuíram para favorecer a dignificação da liberdade do homem, entendendo esta, como um dos bens mais essenciais na vida do ser humano. Assim, a eficiência atemorizadora e repressiva das penas, só teria efeito se se traduzisse numa privação de liberdade, que só faria sentido se a ela se aliasse o espírito de regeneração ou readaptação do delinquente à vida social (Fonseca, 2008).

Segundo Carlen (2007), a prisão destina-se, essencialmente, a punir as pessoas reclusas, controlando-as de um modo muito seguro, durante o período de tempo estabelecido pelo tribunal.

De acordo com as ideias de Foucault (2004), o controlo social, exercido nas prisões, refere-se ao ato de prender, de reprimir, de prevenir, de educar, de ressocializar, de vigiar e de punir.

Observa-se que, ao longo do tempo, a prisão foi-se adaptando às imposições do direito e das necessidades modernas e democráticas, no que se refere a detenções e a penas. É, a partir da reforma de 1936, que o sistema prisional português surge com um carácter substancialmente regenerador através da denominada “ação educativa”, reconhecendo-se o direito penitenciário português, como um dos mais progredidos de toda a Europa, no que se refere às políticas criminais e à prevenção (Comissão de estudos e debate da Reforma do Sistema Prisional, 2004).

Segundo Dias (2008), esta reforma suscita a emergência de dois tipos de estabelecimentos prisionais: as prisões e as prisões especiais (estabelecimentos prisionais que reivindicavam medidas de segurança reforçadas), tendo sido estas prisões especiais divididas em quatro grupos, de acordo com as necessidades dos reclusos: prisões-escola, prisões-sanatório, prisões maternidade e prisões para criminosos políticos. É aqui que surgem as prisões femininas, vinculadas ao pensamento de que as mulheres apenas transgridem moralmente. Assim, as prisões femininas emergiram com o intuito de tentar reeducar as mulheres que transgrediam e de reconduzi-las ao seu lugar social.

Com efeito, a prisão surge, frequentemente, associada a esta ideia de transformação do indivíduo, através da privação da sua liberdade (Foucault, 2005), onde o isolamento e a solidão, que uns interpretam como forma de solidão (Foucault, 2005), são encarados por outros como uma oportunidade para autoreflexão sobre o comportamento criminoso (Canteiro, 2006).

Embora tenham ocorrido mudanças relativamente ao papel da prisão, nomeadamente, no surgimento do sistema penitenciário, a prisão contemporânea justifica-se e assenta hoje, no pilar da reeducação e posterior reinserção das pessoas em cumprimento de pena (Combessie, 2004). Refere-se que, segundo Canteiro (2006), esta evolução se deve às transformações sociais, na medida em que se adapta às exigências do direito e das sociedades democráticas atuais.

Seja como for, a prisão não pode deixar de ser vista como um aparelho disciplinar, exaustivo, com uma certa especialização, ininterrupta, detendo o poder quase absoluto

sobre os reclusos e tomando a seu cargo todos os aspetos da vida daqueles que cumprem a pena (Canteiro, 2006). Trata-se, afinal, de uma instituição total, destinada a regular os aspetos da vida dos seus reclusos, tendo por base a autoridade (Goffman, 2005).

1.2. RECLUSÃO FEMININA EM PORTUGAL

Tendo em atenção os objetivos de investigação delineados no presente estudo, torna-se pertinente expor alguns dados, que permitam perceber as principais características das mulheres, que se encontram em situação de reclusão em Portugal, nomeadamente, nos domínios do número de mulheres reclusas em Portugal, da distribuição das mulheres reclusas por tipo de Estabelecimento Prisional (EP), da situação jurídica, dos crimes, das nacionalidades e das habilitações literárias [Ver Tabela 3 à Tabela 8 cf. ANEXO A]. Para o efeito, foram tomados como base os dados estatísticos da Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), relativos ao 2º trimestre do ano de 2012.

Segundo estes dados, a população reclusa feminina alcança um número total de 760 mulheres reclusas, sendo 12 o número de mulheres a cumprir pena nos Estabelecimentos Prisionais Centrais, 58 o número de mulheres a cumprir pena nos Estabelecimentos Prisionais Regionais, 672 o número de mulheres a cumprir pena nos Estabelecimentos Prisionais Especiais e 18 o número de mulheres a cumprir pena em Estabelecimentos Psiquiátricos não Prisionais. Deste modo, verifica-se que a maioria das mulheres presas encontra-se a cumprir pena em Estabelecimentos Prisionais Especiais, correspondendo a 88,4% da população reclusa feminina. Já os Estabelecimentos Prisionais Centrais registam um menor número de mulheres a cumprirem aí a sua pena, correspondendo ao valor de 1,6% da população reclusa feminina.

A maioria destas mulheres (71,7%) encontram-se reclusas após condenação e 28,3% estão detidas preventivamente.

De acordo com os dados da DGSP, grande parte das mulheres condenadas cumpre pena por crimes relativos ao tráfico de estupefacientes (n=259 crimes), seguindo-se os crimes contra as pessoas (n=95 crimes), os crimes contra os interesses e valores da vida em sociedade (n=36 crimes) e outros crimes (n=38 crimes).

Na grande maioria, as mulheres em reclusão são de nacionalidade portuguesa, representando 76,2%, ao passo que 23,8% são estrangeiras, a cumprirem pena em Portugal.

De acordo com a mesma fonte, 77,8% da população reclusa feminina, em cumprimento de pena em território nacional, apresenta frequência do sistema de ensino, ao passo que 10,3% revela saber ler e escrever não tendo frequentado a escola e 9,5% são analfabetas.

Da população reclusa feminina que apresenta frequência do sistema de ensino, a maioria apenas concluiu o 1.º ciclo de ensino básico, correspondendo a 28% destas mulheres. Apenas 3,6% frequentou o ensino superior e somente 0,7% frequentou outros tipos de cursos.

1.3. REINTEGRAÇÃO SOCIAL E REEDUCAÇÃO NA POPULAÇÃO RECLUSA

A prisão, enquanto instituição, vem exibindo lógicas sociais distintas, desde o seu surgimento: a privação da liberdade com a conotação de neutralização (quando procura afastar o indivíduo criminoso do convívio social), com a conotação de autoridade (procurando evidenciar o poder) e com a conotação de ressocialização (promovendo, no contexto prisional, uma formação ajustada de modo a que seja permitido ao indivíduo uma reabilitação com o intuito de voltar à sociedade), estando a presente investigação interessada em perspetivar a prisão, enquanto agente de ressocialização e assentando na teoria da prevenção especial positiva, que entende a pena com o objetivo da regeneração, reeducação, ressocialização ou reinserção social do delinquente, afastando, assim, a ideia de irrecuperabilidade do mesmo (Baldissarella, n.d.).

A Reintegração Social (RS), no contexto prisional, pode ser vista como uma tentativa de se prepararem as mulheres reclusas para o regresso à vida em liberdade (Machado, 2009).

Segundo Machado (2009), o significado inerente de Reintegração Social deve ser assimilado como ajuda ou apoio com o intuito da pessoa condenada poder, livremente, eleger as suas futuras trajetórias. Desta forma, e segundo o mesmo autor, as propostas de RS em contexto prisional, não devem pressupor uma imposição forçada de comportamentos e de valores na população reclusa, mas sim, uma aceitação, colaboração e participação efetiva desta população.

Neste sentido, o cargo das penas deverá assentar no favorecimento da reinserção social do indivíduo criminoso, numa espécie de convite à reconciliação entre o indivíduo e a comunidade ofendida pela sua ação ilícita (Patto, 2008).

A Reintegração Social da população reclusa está prevista no sistema de justiça português, através do Código Penal, que estabelece a exigência de um plano de reinserção social a aplicar ao indivíduo condenado, para o qual, deve ser obtido o seu acordo prévio. Em conformidade com o artigo 54.º desse código, na elaboração do plano de reinserção social são tidos em consideração os objetivos de ressocialização a serem alcançados pela pessoa condenada, assim como as atividades que esta deve desenvolver, o respetivo faseamento e as medidas de apoio e vigilância a tomar pelos serviços de reinserção social.

O Plano Individual de Readaptação (PIR), elaborado pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena da reclusa, também, assume uma especial importância no processo de reintegração, na medida em que, estabelece os objetivos a atingir pelos reclusos, no decorrer do cumprimento da sua pena. Estes objetivos passam pelas atividades a desenvolver no contexto de reclusão, assim como o respetivo faseamento e as medidas de apoio e controlo do seu cumprimento de pena a adotar pelo Estabelecimento Prisional (EP). O PIR abrange a escolaridade e formação profissional da população reclusa, o seu trabalho e atividades ocupacionais, programas, atividades sócio culturais e desportivas, saúde, contactos com o exterior e estratégias de preparação para a liberdade. Estes planos são elaborados a partir do diagnóstico das necessidades nas áreas específicas acima mencionadas, resultante da avaliação dos reclusos, e contemplam os objetivos a alcançar, as ações a desenvolver, o tempo previsível para a sua aplicação e os recursos necessários à sua execução (Antunes & Pinto, 2011).

O PIR prevê, assim, um vigoroso empenhamento dos reclusos neste processo, uma vez que são responsabilizados pelo seu fracasso ou sucesso. Este plano, presume que o indivíduo tenha necessidades particulares, assumindo, por isso, um carácter individualizado. Numa fase inicial, é analisada “a personalidade e o meio social, económico e familiar do recluso” (Santos et al., 2003, p. 159), de modo a permitir a delineação do seu tratamento até à sua reinserção, de uma forma positiva. No decorrer do cumprimento de pena, o PIR é ajustado em função do progresso dos reclusos ou sempre que outras alterações significativas o exijam (Santos et al., 2003).

Fazendo referência aos trabalhos de Moreira (2008), para o processo de reintegração social, a organização do sistema prisional, assim como as diversas modalidades de execução das penas e preparação para a liberdade, devem ser atentadas.

Assim, e também com o objetivo de reintegração da população reclusa, surgem as medidas de flexibilização da pena, que pretendem um restabelecimento dos laços com a sociedade. Segundo Santos et al. (2003), as saídas da prisão ao exterior, devem ser garantidas, o mais amplamente que for viável. No entanto, para a concessão destas saídas da população reclusa ao exterior, são tidos em conta vários aspetos como “ a natureza e a gravidade do crime cometido; a medida da pena e o tempo de pena já cumprido; a personalidade e o comportamento do recluso; o risco, se houver, que pode representar para a sociedade; a situação familiar e social do recluso; a razão da saída; e os termos e condições impostas ao recluso.” (Santos et al., 2003, p. 66). Segundo estes mesmos autores, as saídas da prisão surgem como um contributo para tornar o cumprimento da pena de prisão mais digna e para melhorar as condições de detenção, constituindo um meio propício à reintegração social destes indivíduos.

Também, e de acordo com a Provedoria da Justiça (1997), as preocupações humanitárias e o desenvolvimento económico e científico, estimam as carizes regeneradoras, em detrimento dos aspetos puramente punitivos, tornando, assim, o trabalho remunerado, a educação geral e a formação profissional, instrumentos privilegiados na ressocialização dos reclusos. Deste modo, a reinserção abarca, muito frequentemente, o ensino, treino, aconselhamento, terapia, controlo de comportamento e outros aspetos, de modo a desenvolver novos padrões de atitudes ou de comportamentos nos indivíduos (McGuire, 2011).

Santos et al. (2003) ressaltam o valor do aumento de condições, que permitam o envolvimento da população reclusa em programas de trabalho e educacionais, na medida em que os observa como meios cruciais para alcançarem o êxito da sua reintegração, visto que, possibilitam à população reclusa o seu desenvolvimento e a promoção das suas capacidades na preparação do regresso à liberdade, principalmente, preparando-os para a obtenção e conservação de um emprego, de modo a permitir a sua autossustentabilidade.

O trabalho prisional atravessou três períodos de conceção, ao longo dos momentos histórico-penais. Num primeiro período, o trabalho em contexto de reclusão foi percebido como uma “prática virtuosa (regeneração moral) e socialmente positiva (integração social)” (Rodrigues, 2000, citado por Santos et al., 2003, p. 101); no segundo período, passa a ser entendido como um agravante à pena, caracterizando-se como um trabalho forçado; e no terceiro período, passa a ser compreendido como dignificante para a população reclusa, atendendo à prevenção especial, também esta encarada como uma finalidade das penas (Rodrigues, 2000, citado por Santos et al., 2003). É, neste último

período, que o trabalho funciona como um fator essencial à reinserção desta população, na medida em que procura dotar os indivíduos reclusos de competências técnicas, pessoais, e sociais, que lhes possibilitam, no regresso à liberdade, satisfazer as suas necessidades económicas, através de uma atividade profissional (Lynch & Sabol, 2001).

Deste modo, e de acordo com Piehl (2003), um emprego abarca benefícios em diversos domínios, particularmente, no domínio individual, familiar, da comunidade e da sociedade. Na valência individual, a posse de um emprego tem uma função importante na reabilitação, uma vez que possibilita ao indivíduo desenvolver um novo papel como elemento produtivo da sociedade, fomentando a sua reintegração (Piehl, 2003).

Ter um emprego permite, também, perceber se o indivíduo se encontra numa trajetória de não delinquência e, ainda mais importante que isso, transporta inúmeros benefícios, quer ao nível do aumento de competências, de experiência profissional e da sua capacidade de autossustentabilidade, quer pela sua integração numa rotina de relações pró sociais que, anteriormente à sua reclusão, não eram muito frequentes (Canteiro, 2006).

Os novos papéis, as novas rotinas e o apoio social são fatores essenciais, que possibilitam aos indivíduos obterem uma mudança com sucesso (Sampson & Laub, 1990).

Face a estes proveitos que uma atividade laboral acarreta para o indivíduo, no contexto prisional, é de esperar que a inserção da reclusa no trabalho ainda durante o cumprimento de pena lhe permita criar, manter e desenvolver capacidades e competências para exercer uma atividade laboral após o cumprimento da mesma.

Sendo que, à partida, é da responsabilidade de um Estabelecimento Prisional, a criação de condições indispensáveis para a execução de atividades laborais a serem desempenhadas pela população reclusa (Rodrigues, 1996, citado por Gomes, 2003), no sistema prisional português, a integração dos reclusos em determinado setor laboral implica a atenção a um conjunto de critérios¹, como a aptidão para o posto de trabalho, a obrigação de indemnização à vítima, encargos familiares; obrigações decorrentes de decisões judiciais, frequência de formação profissional, maior duração da pena aplicada, necessidade de uma atividade laboral por razões de saúde, e manifestação de carências económicas ou inexistência de apoio sócio familiar (Antunes & Pinto, 2011).

Contudo, nem toda a população reclusa perceciona o trabalho como uma possibilidade de desenvolverem competências e de adquirirem ferramentas técnicas, capacitando-as para o seu uso no mundo exterior à reclusão (Gomes, 2003). Para além

¹ Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais de 12 de outubro de 2009, Artigo 80º (Antunes & Pinto, 2011).

disso, a população reclusa interessa-se pelo desempenho de uma a atividade laboral, por outros motivos como a ocupação do tempo, estar fora das celas, comer no refeitório e, sobretudo, transmitirem de si uma imagem positiva que, acreditam, favorecerem a obtenção de autorização para o benefício de medidas de flexibilização da pena (Moreira, 1994, citado por Gomes, 2003).

Neste estudo, atende-se, essencialmente, ao primeiro benefício e considera-se que a ocupação laboral da população reclusa, no decurso do cumprimento das suas penas, assume um papel importante, na medida em que poderá potenciar o processo de reintegração na sociedade, quer da população reclusa que nunca preservou uma relação estável com o trabalho, quer das reclusas que, em processo de reclusão vão perdendo hábitos de trabalho.

A Provedoria de Justiça (1996) salienta, também, a educação e a formação profissional, como assumindo um papel fundamental no cumprimento de uma pena, na medida em que contribuem para a reinserção social da população reclusa. A frequência de aulas e de formações constituem uma grande mais valia para a população reclusa, que passa pelo aumento da sua autoestima e motivação pessoal e por um aumento da possibilidade de encontrarem um emprego, uma vez em liberdade. O envolvimento das reclusas em atividades escolares e formativas, melhoram as condições de reclusão, permitindo-lhes a posse de uma atividade que, também, lhes possibilita a sua saída da rotina, e a sua gestão e ocupação do tempo livre, de uma forma útil na perspetiva da reabilitação e favorecendo o contacto com pessoas estranhas ao mundo prisional, oportunidade que, junto com os conhecimentos novos que possam adquirir, poderá revelar-se importante na facilitação do processo de reinserção social (Provedoria de Justiça, 1996).

Presentemente, “o objetivo fundamental do ensino e da formação profissional em meio prisional é entendido no sentido de proporcionar ao recluso meios credíveis para que, após a reclusão, possa ser economicamente independente e viver a sua vida sem ter que recorrer a atos criminosos para sobreviver” (Santos et al., 2003, p. 106). Para ser eficiente e adequada, a formação profissional deve encontrar-se ajustada às imposições do mercado de trabalho, sendo conveniente que responda às necessidades sociais e culturais da população reclusa, permitindo-lhes, após a libertação, desenvolverem uma atividade para a qual existam ofertas efetivas de emprego. Assim, escolha da formação profissional adequada também deve ser apreciada à luz do Plano Individual de Readaptação (Santos et al., 2003).

Alguns estudos indicam que a população reclusa que mantém um trabalho durante o tempo da sua reclusão, ou que frequentam cursos de formação profissional, obtém

melhores resultados depois de saírem da prisão (Seiter & Kadela, 2003). Também um estudo feito em 1992, pelo *Correctional Services of Canada*, refere uma redução da taxa de reincidência em 12% nos indivíduos que participaram em ações de formação sobre competências sociais elementares. Clark, num estudo de 2001, em que pretendia demonstrar a vantagem do ensino e formação profissional, refere que num “grupo de reclusos com baixa escolaridade, aqueles que não participam em aulas ou em cursos de formação, durante o período de reclusão, são três vezes mais suscetíveis de serem condenados de novo do que os reclusos que participam” (Santos et al., 2003, p.105).

Apesar de, na antiguidade, um dos fins das penas passasse por distanciar os criminosos da vida social, atualmente procura-se disseminar a sua reintegração na sociedade, estando esta aproximação da sociedade à prisão fundamentada com a possibilidade de provocar uma diminuição dos efeitos negativos da prisão e das diferenças entre a vida em reclusão e a vida em liberdade (Santos et al., 2003). De acordo com Canteiro (2006), a reinserção social não se deve dissociar dos esforços que permitam uma interação entre a prisão e a comunidade. Este mesmo autor realça, ainda, a separação total da população reclusa do seu contexto, como um agente incompatível com a reintegração, destacando, assim, a necessidade da abertura da prisão com a comunidade, de forma a potenciar à população reclusa um maior conhecimento da realidade e a esbater os efeitos negativos da sua institucionalização. Também, Travis, Cincotta e Solomon (2003), evidenciam o peso das sociedades no processo de reintegração da população reclusa, destacando o interesse da existência de programas que munissem estas pessoas de aconselhamentos e de assistência na procura de empregos e de habitação, devendo, também, facultar respostas em tempo útil, uma vez que, nestes indivíduos, a motivação é mais complicada de se conservar. Assim, a sociedade deve fazer parte integrante do processo de reintegração das reclusas, mediante a perceção dos seus problemas e das suas dificuldades, intervindo no sentido de os auxiliar (Canteiro, 2006). Este auxílio poderá abarcar a realização de atividades de inclusão no mercado de trabalho, através de incentivos fiscais e de organizações de apoio à execução das penas, onde outras pessoas, através de visitas aos Estabelecimentos Prisionais, cooperem na dinamização dos tempos livres dos indivíduos reclusos (Santos et al., 2003).

Deste modo, o apoio provindo do meio envolvente apresenta-se mesmo como uma das fontes de força moral e suporte afetivo, essenciais para manter estas mulheres reclusas afastadas de uma possível reincidência na atividade criminosa (Beau, Goma, Treignier &

Lassalle, 2004), devendo, a sociedade, trabalhar no sentido de proporcionar condições que favoreçam a integração dos indivíduos em reclusão (Canteiro, 2006).

No sucesso do processo de reintegração dos indivíduos em contexto de reclusão, também se assume como elementar a interação e o reencontro das reclusas com as suas famílias (Santos et al., 2003), sendo fundamental o envolvimento com os seus filhos (Rose & Clear, 2002).

Embora a investigação sobre o impacto da reclusão no regresso à família seja escassa (Johnston, n.d., citado por Somolon, Waul, Hess & Travis, 2005), observa-se que as ligações que são estabelecidas durante o tempo de reclusão, entre a população reclusa e os seus familiares, têm influência positiva, quer para as reclusas, quer para a sua família. Desta maneira, os laços preservados com a comunidade e com a família favorecem a reinserção dos indivíduos, quando estes saem do contexto de reclusão, nomeadamente, através do contacto que, durante o tempo de reclusão, mantêm através de cartas ou de revistas (Lemieux, 2002, citado por Canteiro, 2006).

De igual modo, um outro estudo, desenvolvido por Hariston (2002), revela que a população reclusa que mantém contactos com as suas famílias, através de cartas ou visitas, apresentam uma menor probabilidade de reincidência, quando comparada com aqueles que não mantiveram este contacto. Hariston (2002) salienta a ligação constante dos indivíduos reclusos com as suas famílias, durante e após o tempo de reclusão, como um fator primordial na redução da reincidência e na promoção da reintegração desta população. Este autor, afirma, ainda, que a proximidade dos reclusos à família deve ser fomentada ainda no contexto de reclusão.

O Relatório da Comissão para a Reforma do Sistema da Execução das Penas e Medidas destaca, de forma especial, a importância do papel das visitas no processo de reintegração, na medida em que desempenham “um papel fulcral na não-dessocialização do recluso e na normalização da sua vida emocional, contribuindo de forma significativa para o alívio das tensões do quotidiano prisional” (1997, citado por Santos et al., 2003, p. 112).

Com efeito, no contexto da prisão, “as visitas são a única forma de contacto humano presencial com o exterior” (Moreira, 1994, citado por Santos et al., 2003, p.111). No entanto, segundo Hariston (2002) manter o contacto com a família no período da reclusão, através de visitas, telefonemas e cartas torna-se, por vezes, difícil, pois a distância geográfica que separa os Estabelecimentos Prisionais dos locais de habitação dos familiares da população reclusa, assim como os procedimentos de segurança, de revista aos

visitantes e os horários de visitas, nem sempre facilitam essa ligação. Talvez por essa razão, Hagan e Coleman (2001) refiram que os laços familiares podem ser, rigorosamente, provados durante o período de reclusão, nomeadamente, quando o contacto da população reclusa com a família é raro, situação mais provável, justamente, quando a população reclusa se encontra colocada em Estabelecimentos Prisionais geograficamente afastados das suas casas, o que conduz a um aumento da distância que as separa da família e que funciona como uma barreira às suas visitas.

Para além desta ligação entre os indivíduos reclusos e as suas famílias, durante o período de reclusão, também os dias posteriores ao regresso da população reclusa à liberdade fazem a diferença entre uma reintegração bem sucedida ou a reincidência (Canteiro, 2006). Hariston (2002) refere que esta transição do contexto de reclusão para a vida em liberdade, poderá desenrolar-se de forma mais saudável, se a população reclusa for assistida por um serviço de acompanhamento e pela rede social mais próxima, que poderão providenciar ao indivíduo apoio afetivo e apoio financeiro inicial. Por isso mesmo, Travis, Cincotta e Solomon (2003) referem que o acompanhamento realizado à família, logo após a saída do recluso, reverte a favor da sua reintegração, abrangendo uma redução de problemas físicos, mentais, emocionais e relacionados com as drogas.

Assim, para além dos esforços que podem ser feitos durante o período de reclusão, para facilitar o regresso da população reclusa à liberdade, também o momento de saída do contexto prisional, se assume como um período crítico na readaptação destes indivíduos, à sociedade da qual saíram (Solomon, Johnson, Travis & McBride, 2004). Nesta fase, segundo os mesmos autores, importa, de igual modo, dar atenção e acompanhamento aos indivíduos reclusos e aos que, na família e/ou na comunidade, os podem acolher. Para além disso, aparece, como primordial, o papel da família e a existência de uma atividade profissional que ajude o indivíduo a colmatar as suas necessidades (Solomon, Johnson, Travis & McBride, 2004).

Os indivíduos reclusos, que regressam às suas comunidades, se forem bem integrados e acompanhados, podem tornar-se membros proveitosos na sociedade, economizando recursos, desenvolvendo as ligações com as suas famílias e com a sua comunidade e ampliando o mercado de trabalho, contribuindo, assim, de forma positiva para a sua sociedade (Solomon, Johnson, Travis & McBride, 2004).

1.4. O CONTEXTO PRISIONAL COMO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL E DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

O desenvolvimento vocacional faz referência à confrontação do indivíduo com as consecutivas tarefas relacionadas com a elaboração, implementação e reformulação de projetos de vida multidimensionais, que vão ocorrendo, ao longo do ciclo vital, e que envolvem a educação, a formação, a qualificação e a atividade laboral, na articulação com a escolha de um estilo de vida, que comporta a coordenação dos diferentes papéis, assumidos ao longo da vida (familiar, cidadão, consumidor, membro de grupos de diversas organizações, etc.). Assim, o desenvolvimento vocacional constitui-se como uma extensão integradora do desenvolvimento psicológico global (Campos, 1991).

Sendo o desenvolvimento vocacional concebido como o percurso que cada sujeito constrói, nos quotidianos das suas vidas, pelos múltiplos papéis, em que cada história se concretiza, poderá ser considerado como a dimensão síntese, de integração de todas as dimensões da existência e, deste modo, a sua designação é inseparável da promoção das múltiplas dimensões do desenvolvimento psicológico (Campos, 1991).

Salienta-se que a exploração e o investimento constituem os dois processos psicológicos dialéticos e ativadores do desenvolvimento vocacional, uma vez que é, face à exploração, que se constroem e reconstroem os investimentos vocacionais (Gonçalves, 1998). A exploração vocacional compõe o processo psicológico, mediante o qual os indivíduos alcançam informação e testam hipóteses acerca de si e do meio, para assim, prosseguirem objetivos vocacionais (Taveira, 2004). Abarca, da parte do indivíduo, a consciência de si e do meio, a conceção de objetivos de vida realistas e o desenrolar de estratégias de ação adequadas ao longo da carreira (Taveira, 2004).

O comportamento exploratório é entendido como um comportamento intrinsecamente motivado, e com uma função relevante nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humanos (Taveira, 1997, citado por Taveira, 2004). Deste modo, grande parte deste comportamento pode ser autodeterminado e indica uma curiosidade e um interesse intrínseco da pessoa por si própria e pelo meio envolvente (Afonso & Taveira, 2001, citado por Taveira 2004). É, assim, um processo básico de natureza psicológica, com um papel central na aprendizagem e desenvolvimento vocacional das pessoas (Taveira, 2004).

Deste modo, torna-se importante favorecer a exploração vocacional, por parte das mulheres em cumprimento de pena, com o fim de promover a sua aprendizagem (sobre si próprias e sobre as alternativas de realização à sua disposição) e o seu desenvolvimento pessoal e vocacional, não perdendo de vista que, quanto maior esse grau de desenvolvimento mais será de esperar uma adaptação positiva quer, no imediato, ao contexto prisional, quer ao contexto social que a prazo virá a recebê-las de volta.

No decurso do cumprimento de uma pena, estas oportunidades de exploração vocacional podem ser proporcionadas às mulheres reclusas, através de planos ocupacionais, que lhes permitam experimentarem-se na diversidade de atividades que os Estabelecimentos Prisionais ofereçam, entre as quais, se incluem as atividades recreativas, mas, também, as laborais e formativas ou outras que possam contribuir para a reconstrução/transformação dos seus investimentos, permitindo-lhes, assim, colocarem em perspetiva certos objetivos e projetos para o seu regresso à vida em liberdade.

O possível envolvimento das reclusas em oportunidades de educação/formação estruturadas, para além das oportunidades de aprendizagem informal e não formal que a prisão poderá proporcionar é, porventura, a melhor expressão do alcance que o conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) pode assumir, sobretudo se se pensar em alguns dos seus objetivos como os que salientam o contributo da Aprendizagem ao Longo da Vida para a realização pessoal, a coesão social, a cidadania ativa, a igualdade entre homens e mulheres e a participação das pessoas com necessidades especiais (e, pela sua situação de vida, os reclusos enquadram-se bem nesta última categoria), bem como para a promoção da criatividade, da competitividade e da empregabilidade, assim como para o reforço do desenvolvimento do espírito empresarial (Sitoe, 2006).

O memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida (CCE, 2000, citado por Sitoe, 2006) define a Aprendizagem ao Longo da Vida como *“toda a atividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objetivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego”* (Sitoe, 2006, p. 284).

A ALV significa ainda que, se uma pessoa tem o desejo de aprender, ela terá condições de fazê-lo, independentemente, de onde e quando isso ocorre (Sitoe, 2006). No entanto, é necessária a confluência de três fatores: que a pessoa tenha a predisposição de aprendizagem, que existam ambientes de aprendizagens (centros, escolas, empresas, etc.) adequadamente organizados e que haja pessoas que possam auxiliar o aprendiz no processo de aprender (agentes de aprendizagem), para além de que esta aprendizagem deve ir ao

encontro das necessidades do mercado de trabalho, se quiser fazer face ao desemprego (Sitoe, 2006).

No contexto deste estudo, a pergunta que se coloca é: como criar condições na prisão, para que as reclusas possam construir conhecimento como parte do seu dia a dia e torne esse conhecimento/competência transferível e capitalizável no regresso à liberdade?

Uma parte da resposta, mas não a resposta toda, remeterá para a importância dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), disponíveis nos Estabelecimentos Prisionais. O conceito atual sobre educação de adultos é reconhecido na Declaração de Hamburgo (1997), onde *“por educação de adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formal ou não, graças ao qual as pessoas consideradas adultos pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos e melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou as reorientam de modo a satisfazerem as suas próprias necessidades e as da sociedade.”* (UNESCO, 1998, p. 15-16). Todavia, os objetivos não estão apenas centrados na formação profissional, mas também, e, sobretudo, na formação pessoal e social (Dias, 1996).

A formação constitui, assim, uma vantagem competitiva individual na obtenção de emprego, mas o nível geral de qualificações não determina o volume total de trabalho e muito menos a sua distribuição (Imagínario, 2001a). Por isso, embora por si só a formação não crie empregos (Imagínario, 2001a), na verdade, espera-se que, pelo menos, junto da população reclusa, os cursos EFA cumpram o seu propósito de aumentarem os níveis de habilitação escolar e profissional, mediante uma oferta diversificada e integrada de educação e formação, que potenciem as condições de empregabilidade dos formandos e certifiquem as suas competências adquiridas ao longo da vida, inclusive as que são obtidas ou desenvolvidas em meio prisional, e que, por essa via, possam promover a (re) integração de indivíduos que se encontrem em risco de exclusão e à procura de reabilitação profissional (Imagínario, 2001b).

CAPÍTULO 2. ESTUDO EMPÍRICO

2.1. OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Face aos pressupostos teóricos apresentados e à evidência empírica exposta, procura-se, na presente investigação, perceber a influência da experiência do processo de reclusão nas perspetivas que são construídas para a vida futura (após o cumprimento de pena) das mulheres reclusas.

Em contexto português, revelam-se inexistentes os estudos efetuados acerca das perspetivas da população reclusa para o seu período de vida após a detenção. Assim, nesta investigação, procura-se compreender as perspetivas de mulheres reclusas para o seu futuro, no período de vida pós reclusão, e perceber as suas perspetivas sobre a sua inclusão social, relativamente ao seu período de vida após cumprimento de pena.

Este estudo apresenta como intento, a obtenção de uma compreensão mais profunda, acerca da influência das experiências de reclusão de mulheres nas suas perspetivas de futuro (o que estas mulheres querem, ou esperam, vir a ser e a fazer) e nas suas expectativas de (re) integração social (incluindo os apoios antecipados, a empregabilidade, a participação em atividades sociais, culturais, formativas e de lazer), no período de vida que se segue ao cumprimento de pena. Trata-se, assim, de uma investigação que procura explorar, partindo do ponto de vista das próprias reclusas, em que medida e em que sentido o que ocorre no dia a dia destas mulheres, durante o tempo em que estão reclusas, se mostra consequente em termos do modo como projetam a sua vida, no regresso ao meio em liberdade.

Assim, no presente trabalho, de cunho exploratório, procuramos dar resposta às seguintes questões de investigação:

- 1) De que modo as mulheres reclusas perspetivam o seu futuro, no período de vida pós reclusão?
- 2) De que forma as mulheres reclusas antecipam a sua inclusão social, após a sua reclusão?
- 3) Até que ponto as experiências vividas pelas mulheres, durante o período de reclusão, parecem influir nessas perspetivas e expectativas?

2.2. MÉTODO

2.2.1. Participantes

Participaram neste estudo dez mulheres, em situação de reclusão e com o estatuto jurídico de condenadas, a cumprirem pena no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo (EPESCB). As participantes foram selecionadas mediante a sua situação jurídica (condenada) e por indicação de um membro profissional do Estabelecimento Prisional (EP), em conformidade com a disponibilidade das reclusas em colaborar.

De seguida, encontra-se informação detalhada acerca de cada reclusa participante (cf. Tabela 1) bem como acerca das atividades com que se têm vindo a ocupar até ao momento de recolha dos dados (cf. Tabela 2).

Tabela 1

Caracterização Individual das Participantes

Participante	Idade	Ocupação	Habilitações literárias antes da reclusão	Habilitações literárias atuais	Estado Civil	Filhos	Nº filhos EP	Crime	Tempo de pena	Cômputo da pena	Medidas flexibilização	Reincidência
P1	34	Bailarina	9º	12º	Casada	3	1	Homicídio; detenção de arma proibida	10 anos e 3 meses	1/2	Licença de Saída Jurisdicional	Primária
P2	38	Vendedora Ambulante	4º	12º	Solteira	1	0	Tráfico de estupefacientes	Indeterminada	—	Regime Aberto no Exterior	Reincidente
P3	30	Empregada Doméstica	6º	9º	Casada	2	0	Furto qualificado	2 anos e 10 meses	1/2	Licença de Saída Jurisdicional	Primária
P4	36	Empregada Doméstica	6º	6º	União de Facto	3	0	Tráfico de estupefacientes e detenção de arma proibida	4 anos e 6 meses	1/2	Licença de Saída Jurisdicional	Primária
P5	22	Vendedora Ambulante	6º	6º	Solteira	1	0	Sequestro, furto, condução sem habilitação legal	4 anos e 2 meses	2/3	Regime Aberto no Interior	Primária
P6	28	Empregada de balcão	6º	9º	União de facto	2	0	Tráfico de estupefacientes	6 anos e 3 meses	1/2	Regime Aberto no Interior	Primária
P7	29	Operadora de caixa	6º	12º	Solteira	3	1	Furto qualificado	6 anos	1/3	Regime Aberto no Interior	Primária
P8	31	Vendedora Ambulante	4º	9º	União de facto	3	0	Tráfico de estupefacientes	7 anos	1/4	Regime de Visitas Íntimas	Primária
P9	39	Empregada de restauração	9º	12º	União de facto	2	0	Roubo qualificado, sequestro, burla informática	6 anos e 6 meses	1/3	Regime de Visitas Íntimas	Reincidente
P10	50	Empregada doméstica	6º	9º	União de facto	2	0	Homicídio, ofensa à integridade física	14 anos e 6 meses	1/2	Regime Aberto no Exterior	Primária

Tabela 2

Ocupação

Participantes					
	Trabalhos	Escola	Cursos	Formações	Outras Atividades
P1	- Oficinas - Faxinas - Copa - Arquivo Histórico*	- EFA Secundário - Ensino Universitário	- Teatro - Inglês - TIC - Música - Culinária	- Práticas educativas parentais - GPS	- Ballet Contemporâneo
P2	- Cozinha - Jardinagem*	- EFA Secundário		- Empreendedorismo	- Ginásio
P3	- Oficinas*	- EFA B3*	- Inglês - TIC	- GPS	- Terapia Ocupacional - Biblioteca
P4	- Artesanato - Oficinas*			- Empreendedorismo	
P5	- Oficinas* - Faxina*				- Ginásio
P6	- Oficinas - Faxina - Bar	- EFA B3*			
P7	- Artesanato	- EFA Secundário*	- TIC		- Teatro - Desenho
P8	- Oficinas - Faxina	- EFA B3	- Animação Social* - Estética		
P9	- Oficinas - Faxina*	- EFA Secundário			- Ginásio - Biblioteca
P10	- Artesanato* - Lavandaria* - Oficinas	- EFA B3	- TIC		- Terapia de Relaxamento - Ginásio

Legenda: * Ocupação atual

2.2.2. Caracterização do contexto de recolha de dados

O Estabelecimento Prisional (EP) Especial de Santa Cruz do Bispo (EPESCB) assomou-se a partir do Decreto-Lei 145/2004 de 17 de junho², sob encaminhamento da Direção Geral dos Serviços Prisionais. Assim, à data 3 de janeiro de 2005 o EPESCB passou a iniciar o seu funcionamento, abarcando uma população reclusa feminina proveniente de todas as zonas do país.

Estruturado de raiz, este EP encontra-se localizado na Rua Gonçalves Zarco-freguesia de Santa Cruz do Bispo, no concelho de Matosinhos e na área vizinha ao Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (EP reservado à população reclusa masculina). Trata-se de um Estabelecimento Prisional com uma área de cerca de 32.000 m² que se destina, especificamente, ao internamento prisional de mulheres, quer preventivas, quer condenadas. Na valência estrutural, o EPESCB, ostenta um modelo arquitetónico em espinha, com as alas dispostas paralelamente entre si e perpendicularmente a um corredor central, com o propósito de um decorrer mais eficaz da vida prisional. Os espaços entre as alas encontram-se ocupados por pátios.

A sua criação foi motivada pela necessidade de (1) diminuir a sobrelotação dos EP's já existentes, (2) de serem concebidas instalações ao encontro das necessidades especiais sentidas pelas mulheres em reclusão e (3) de diminuir a dispersão das mulheres da zona norte do país em cumprimento de pena por outros EP's, geograficamente distantes, das suas áreas de proveniência. Assim, por ter sido concebido e ajustado, exclusivamente à população reclusa feminina, tendo em conta as características e necessidades específicas deste tipo de população, sustenta a designação de Estabelecimento Prisional Especial, indo ao encontro da legislação existente³.

Por se tratar de um Estabelecimento Prisional Especial, destinado à população reclusa feminina, possui alguns equipamentos/serviços especiais, como uma creche, que existe com o intuito de possibilitar que as reclusas mantenham os seus filhos consigo até a um máximo de cinco anos de idade. Este EP dá, ainda, às reclusas, a hipótese de prosseguirem uma atividade laboral ou escolar, possibilita a sua permanência numa ala, onde as celas permitem a habitação dos filhos junto das mães, quartos para visitas

² Decreto-Lei n.º 145/2004 de 17 de junho - Legisla as funções e objetivos inerentes à construção do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo.

³ Decreto-Lei n.º 265/79 de 1 de agosto, Artigos 158º - Regulamenta os direitos dos reclusos consoante o grau de segurança do Estabelecimento Prisional no qual se enquadra.

conjugais e disponibiliza serviços de ginecologia e de pediatria, procurando dar resposta às necessidades básicas de saúde, quer das mulheres, quer das crianças/filhos.

O edifício do EPESCB permite a separação de reclusas condenadas e preventivas além de se poder, eventualmente, separar as reclusas reincidentes das reclusas de primeiro delito, existindo ainda um setor de segurança para reclusas em regime de segurança ou reclusas que, pelo tipo de crime, não devam coabitar com as restantes.

No que diz respeito à segurança do EPESCB, este é indicado como um EP misto⁴ devido à existência de uma secção de alta segurança, onde se localiza o regime comum, e de uma secção de segurança média, onde se encontra o Regime Aberto (Regime Aberto no Interior - RAI e Regime Aberto no Exterior - RAE), tendo as reclusas, que beneficiam deste regime, mais privilégios, como a possibilidade de saídas ao exterior e o direito à opção de um alojamento numa ala prisional distinta daquela em que se encontram as reclusas em regime comum, por forma a limitar e controlar os contactos entre as reclusas colocadas nos dois regimes⁵.

Tendo em atenção que todo este estudo teve como alvo a população feminina em cumprimento de pena privativa de liberdade, torna-se pertinente expor informação que permita uma caracterização da população reclusa do EPESCB, onde foram recolhidos os dados para a investigação. Para o efeito, foram obtidas informações nos domínios da nacionalidade, idade, profissão, estado civil, presença de filhos no EP, habilitações literárias, situação jurídica, crime, tempo de pena, medidas da flexibilização, reincidência e ocupação no período de reclusão [Ver Tabela 9 à Tabela 22 cf. ANEXO B].

Destaca-se que se trata de uma população com elevados índices de rotatividade⁶, produzindo uma constante desatualização dos dados estatísticos conhecidos.

Os que aqui se apresentam foram recolhidos através de uma consulta exaustiva aos processos judiciais individuais de cada reclusa no EPESCB e mediante a consulta do Sistema de Informação Prisional (SIP) entre os dias 18 e 28 de junho de 2013.

As mulheres em cumprimento de pena no EPESCB (aproximadamente 300) são, maioritariamente, de nacionalidade portuguesa (92,4%). As reclusas estrangeiras representam apenas 7,62% desta população. Da totalidade das mulheres, 79,6% são condenadas e 16,4% são preventivas. Foram contabilizados 106 crimes, respeitantes a

⁴ Código de execução de penas de 12 de outubro de 2009, Artigo 10º, (Antunes & Pinto, 2011).

⁵ Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais de 12 de outubro de 2009, Artigo 183º (Antunes & Pinto, 2011).

⁶ Esta persistente variação ocorre devido a constantes entradas e saídas de reclusas no EP por iniciação de cumprimento de pena, restituição à liberdade ou por transferências de outros EP's.

reclusas preventivas e 360 crimes respeitantes a reclusas condenadas. Verifica-se que o tráfico de estupefacientes e substâncias ilícitas constitui o tipo de crime mais cometido, quer pelas reclusas preventivas (37,7%), quer pelas reclusas condenadas (36,1%). Salienta-se que apenas se conhece o tempo de pena das reclusas, que já se encontram na situação jurídica de condenadas. Destas, a maioria encontra-se a cumprir uma pena que varia entre os 5 e os 10 anos de prisão (48,6%). Apenas 1,2% cumpre pena de prisão até um ano e 2,1% cumpre uma pena entre os 20 e 25 anos de prisão.

A maior parte das reclusas não beneficia de medidas de flexibilização (74,3%) e apenas 25,7% beneficia deste tipo de medidas. 27,9% das mulheres no EP são reincidentes no crime e 72,1% são reclusas primárias.

Observa-se que 20,5% da população reclusa pertence à faixa etária entre os 36 e os 40 anos de idade, ao passo que a faixa etária que representa o menor número de reclusas se situa na categoria “superior a 70 anos de idade” (0,33%).

Verifica-se que 18% das reclusas apenas frequentou o 1.º ciclo, do ensino básico, 0,7% frequentou o ensino superior e 5,7% não sabem ler nem escrever.

Consistentemente, e no que diz respeito às profissões das mulheres reclusas à data de entrada no EP, constata-se que “empregada doméstica” é a atividade mais representada (17,3%). Do conjunto total de reclusas 5,7% encontravam-se desempregadas à data de entrada no EP.

Observa-se que 57,3% destas mulheres se encontram solteiras e apenas 0,7% vivem em união de facto.

Foram contabilizadas 18 crianças no EP a acompanharem as mães no seu período de reclusão.

A grande maioria das reclusas encontra-se a cumprir pena sem frequentarem uma atividade laboral (75%) e apenas 25% mantém um trabalho.

Por fim, indica-se que 71,5% das mulheres reclusas no EPESCB não se encontra a frequentar a escola, ao passo que 28,5% destas mulheres encontra-se a cumprir a pena, frequentando cursos de Educação e Formação de Adultos.

2.2.3. Tipo de estudo

O presente estudo assume um carácter qualitativo, uma vez que pretende aceder em profundidade à experiência das mulheres reclusas e extrair conclusões sobre as implicações dessa experiência no plano da projecção no futuro, partindo do ponto de vista e dos

discursos das mesmas em relação a esse tema. Neste sentido, é de salientar que tais conclusões não são suscetíveis de generalização, mas, tão só, indicadores das formas de expressão possível das vivências no contexto prisional (e para além dele) das reclusas participantes.

2.2.4. Procedimentos de acesso aos participantes e de recolha de dados

Inicialmente, procedeu-se à redação de uma carta [cf. ANEXO C.1] a ser enviada ao Diretor do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, a fim de se obter autorização para o desenvolvimento do estudo e para a aplicação dos instrumentos de recolha de dados, junto da população reclusa do Estabelecimento Prisional. Em anexo a esta carta, seguiu um documento com a especificação dos objetivos do estudo, assim como o questionário e o guião da entrevista a realizar às potenciais participantes na investigação.

Após obtenção da autorização para a recolha de dados, no EPESCB, foram elaboradas as declarações de consentimento informado [cf. ANEXO C.2] a serem entregues a cada uma das reclusas participantes no estudo e procedeu-se à recolha de dados, efetuada através de um questionário sócio demográfico e de uma entrevista semiestruturada.

Aquando a recolha de dados e aplicação da entrevista, primeiramente, foi realizada pela investigadora uma breve apresentação a seu respeito, seguida da apresentação da investigação, na qual, foi feita referência ao tema do estudo e à necessidade da colaboração das mulheres reclusas na investigação a ser desenvolvida. Depois desta exposição inicial, foi entregue a declaração de consentimento informado a cada uma das mulheres reclusas, que se dispuseram a participar na investigação, de modo a que ficassem esclarecidas acerca do estudo a ser desenvolvido, dos fins e formas da sua participação, da necessidade de autorização para a gravação áudio da entrevista e do seu direito de desistência em participar no estudo, a qualquer momento.

Após assinatura, por parte das reclusas, da declaração de consentimento informado, procedeu-se à obtenção das primeiras informações relacionadas com a vida das reclusas, através de um diálogo inicial, orientado pelos tópicos constantes do questionário sócio demográfico.

Terminada esta fase e recolhida a informação pretendida, passou-se à entrevista propriamente dita. Salienta-se que se tratou de uma entrevista semiestruturada e não se teve a preocupação de respeitar a sequência das questões a colocar.

Findas as entrevistas, agradeceu-se a colaboração das participantes no estudo e foi reforçado o sigilo de tudo o que foi dito e gravado no decorrer de toda a conversa.

Destaca-se que todas estas conversas, com as participantes na investigação, foram gravadas, de modo a facilitar o processo de tratamento e de análise dos dados, garantindo assim, um maior rigor e exatidão na informação recolhida. No entanto, a conveniência deste tipo de registo foi dado a conhecer às mesmas, logo na apresentação e, reiterado na declaração de consentimento informado, de modo a obter-se a sua autorização.

Estas entrevistas foram realizadas no interior do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, nos gabinetes destinados ao atendimento de reclusas, sendo que, cada entrevista decorreu no gabinete de atendimento da ala respetiva de cada participante. A duração das dez entrevistas oscilou entre os 15 minutos e os 95 minutos e tiveram uma duração média de 45 minutos. Todas as entrevistas foram marcadas no próprio dia, mediante a indicação e autorização às reclusas por parte dos Guardas Prisionais para a realização das mesmas.

Concluída a recolha de dados, através da aplicação do questionário e da realização das entrevistas, procedeu-se à transcrição das mesmas e à devolução dos textos daí resultantes às participantes, para validação e possível adição de comentários/observações por elas consideradas pertinentes. Assim, foi elaborado e entregue a cada participantes uma declaração de acesso à transcrição de entrevista [cf. ANEXO C.3].

As transcrições das entrevistas ficaram na posse das reclusas, durante um período de três dias. Decorridos os três dias para análise das transcrições, e aquando da recuperação dos textos, estabeleceu-se um novo diálogo com cada uma das reclusas, acerca dos registos, a que tivessem procedido na transcrição e foram realizadas algumas questões, partindo de uma primeira análise do conteúdo das entrevistas, de modo a garantir uma compreensão, mais fiel, relativamente a aspetos mais específicos de algumas das suas respostas. Este momento de interação com as participantes foi, também, com o consentimento das mesmas, sujeito a gravação, tendo sido previamente marcado com cada uma das participantes, no momento da transmissão das transcrições de entrevista e mediante a entrega de uma carta informativa [cf. ANEXO C.4].

Refira-se ainda, que nesta investigação foi, primeiramente, efetuado um estudo piloto com uma das reclusas para a aplicação e testagem dos instrumentos construídos, de modo a ser verificada a necessidade de se realizarem adaptações aos mesmos.

Assim, este estudo desenvolveu-se em três momentos [cf. Figura 1]. Num primeiro momento (M_1), foi efetuado o estudo piloto, tendo sido aplicado o questionário sócio

demográfico e a entrevista semiestruturada; no segundo momento (M₂) procedeu-se à recolha de dados, através da aplicação do questionário sócio demográfico e da entrevista semiestruturada às restantes nove participantes; e por fim, no terceiro momento (M₃) realizou-se a entrega das transcrições às participantes⁷, de modo a efetuar-se, também, uma nova recolha de dados referentes a aspetos mais específicos de algumas das suas respostas à entrevista realizada no M₁ e M₂ do estudo.

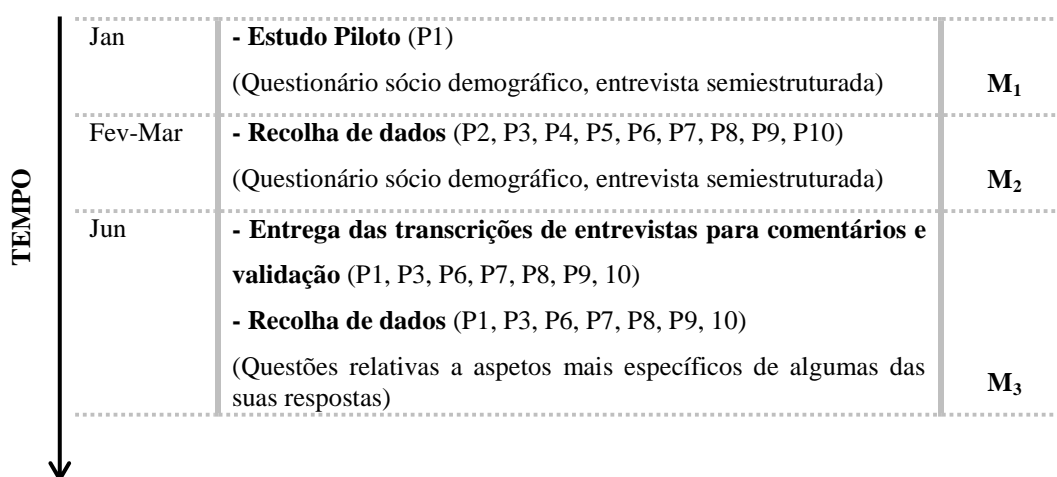


Figura 1 – Desenho de Estudo

2.2.5. Instrumento de recolha de dados

2.2.5.1. Questionário sócio demográfico

Este questionário foi elaborado com o intuito de se obter um conjunto de dados, que permitissem efetuar uma caracterização sócio demográfica das participantes no estudo (recolhendo dados como a idade, a sua profissão antes da sua detenção, o seu estado civil, o número de filhos e o número de filhos no EP), e que possibilitasse a obtenção de informação relevante acerca da situação judicial específica das participantes (os crimes pelos quais foram condenadas, do tempo de pena, o cômputo da pena, a beneficiação de medidas de flexibilização e da sua reincidência) [cf. ANEXO D.1].

⁷ Destaca-se que participaram dez mulheres em cumprimento de pena na situação jurídica de condenadas, mas no terceiro momento de recolha de dados apenas participaram sete reclusas uma vez terem, entretanto, três reclusas alcançado a Liberdade Condicional e, assim, já não se encontrarem detidas no EPESCB.

2.2.5.2. Entrevista Individual semiestruturada

Tendo em conta os objetivos de investigação, considerou-se que a escolha da entrevista semiestruturada, como meio de recolha de dados, seria o mais conveniente, uma vez que nos permite obter acesso a descrições mais detalhadas e de caráter mais pessoal. As entrevistas semiestruturadas possibilitam “uma troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos de investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade” (Campenhoudt & Quivy, 1998, p.192).

A entrevista semiestruturada não é integralmente aberta, nem conduzida por um grande número de perguntas definidas, “geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte do entrevistado” (Campenhoudt & Quivy, 1998, p.192).

Refere-se, também, que este tipo de entrevista, não é realizada seguindo a ordem das questões previamente formuladas pelo investigador.

Assim, foi construído um guião de uma entrevista de caráter semiestruturado, que se encontra dividido em três partes: i) questões relativas ao período de vida antes da sua reclusão (e.g. Como era a sua vida antes de ter sido detida e julgada?); ii) questões referentes ao período de vida em reclusão - experiência de reclusão (e.g. Conte-me a sua história desde que entrou na prisão.); iii) questões relativas ao período de vida pós reclusão – perspetivas para o futuro (e.g. O que acha que vai acontecer quando chegar lá fora?) [cf. ANEXO D.2].

2.2.6. Análise dos dados

Após a recolha de dados, efetuada através da aplicação do questionário sócio demográfico e da entrevista semiestruturada, procedeu-se à transcrição integral de todas as entrevistas realizadas.

Findas as transcrições, realizou-se a análise de conteúdo. Este tipo de análise constitui um método de análise escrita e/ou verbal (Cole, 1988) que possibilita ao investigador testar questões teóricas e aperfeiçoar a compreensão dos dados obtidos (Elo & Kyngäs, 2007). Deste modo, a análise de conteúdo permite a simplificação de dados

qualitativos com o intuito de identificar consistências e significados centrais (Patton, 1990), podendo ser qualificada como dedutiva e/ou indutiva (Elo & Kyngäs, 2007).

Ao serem analisados os dados, obteve-se uma matriz de categorização. Uma vez que, nesta matriz, as categorias e subcategorias surgiram mediante a análise de conteúdo, os dados foram analisados, com base nos princípios de uma análise indutiva (Elo & Kyngäs, 2007).

CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados extraídos das entrevistas semiestruturadas realizadas com as dez reclusas participantes. Para uma melhor compreensão, estes serão exibidos por categorias e subcategorias emergidas do processo de codificação das entrevistas [cf. ANEXO D.3], de modo a facultar uma visão mais abrangente dos dados recolhidos. Também serão discutidos os conteúdos mais relevantes, que emergem da análise dos dados, tendo por base o enquadramento concetual anteriormente apresentado.

3.1. PERÍODO PRÉ RECLUSÃO

3.1.1. Qualidade de Vida

No que diz respeito à qualidade de vida, foram nove as participantes que fizeram referência a este tema. Destas nove participantes, seis mostraram satisfação em relação à sua vida antes da sua detenção, sendo feita uma alusão ao emprego, à solidez financeira, à estabilidade e à realização pessoal, profissional e social (e.g. *“Era bem sucedida em todos os níveis... vida social, profissional, financeiro. Era uma mulher realizada.”* - P1). Ao invés, três participantes referiram ter uma qualidade de vida negativa, fazendo referência à insuficiência económica e a más companhias (e.g. *“Foi consumos, foi de trabalho, foi a minha família, foi más vidas, foi más companhias, foi asneiras.”* - P3).

3.1.2. Infância

No decorrer das entrevistas, apenas uma reclusa fez referência à sua infância, descrevendo esta de uma forma positiva, destacando a boa relação com os pais, o carinho e a educação (e.g. *“Tive uma boa infância com os meus pais, fui muito mimada, tive muito carinho. Educaram-me.”* - P2).

3.1.3. Relação com a família

A relação com a família foi um ponto focado por nove participantes, sendo descrita em todos os casos como uma relação positiva e estável, revelando união e apoio mútuo durante o período de vida anterior ao processo de reclusão. Estas referências à família incidiram sobre os pais, irmãos, filhos e maridos/companheiros (e.g. *“Ótima. Super bem! Somos irmãos muito unidos. Os seis são muito unidos, somos muito chegados uns aos outros.”* - P7).

3.1.4. Relação com os amigos

Das dez participantes, oito aludiram às suas relações de amizade antes de iniciarem o cumprimento das suas penas. Verificou-se que seis destas participantes referiram-se negativamente a essas relações, manifestando insatisfação e revelando tratarem-se de amizades bastante reduzidas, ou quase inexistentes (e.g. *“Eu praticamente não tinha amigos, porque como era criança, casei-me, casei-me muito jovem e amigos eu não tinha.”* - P2) e/ou de amizades estabelecidas apenas por interesses (e.g. *“No mundo em que eu andava não tinha muitos amigos. Era cada um por si. Era pessoal de crimes e lá está, não era uma amizade. Era mais [...] uma necessidade de estarmos todos juntos porque usufruíamos de algo todos juntos.”* - P3). Apenas uma das participantes revelou satisfação com as suas relações de amizades até à data de entrada no EP, evidenciando o carinho que lhe era proporcionado nessas relações (e.g. *“Era tudo certo. Gostavam muito do que eu fazia. Fazia cozinhados e petiscos e toda a gente gostava.”* - P10).

3.1.5. Motivo do crime

No que alude ao motivo do crime, sete das reclusas participantes no estudo, fizeram referência a este aspeto. Constatou-se que uma das participantes justificou o seu comportamento criminal com a insatisfação no relacionamento conjugal (e.g. *“O meu segundo marido desgraçou-me completamente a vida. Fez-me sair da vida que tinha [...] e comecei, aos poucos, a perceber que me estava a tornar uma escrava doméstica, sexual, enfim... e originou com o tempo com que eu chegasse a um ponto que era eu ou ele e acabei por o matar.”* - P1); uma participante fundamentou a sua entrada no mundo do crime com a referência à influência do companheiro (e.g. *“Uma vez que ele consumia droga, eu tinha que vender droga para ele consumir, para não roubar nada a ninguém.”* - P7); três participantes explicaram os seus comportamentos desviantes apelando à

influência dos amigos e do grupo de pares (e.g. *“As relações de amizade foi o que me trouxe para aqui, para o mundo do crime e o que me trouxe à cadeia. Eu relacionei-me com pessoas que nunca devia.”* - P6); e, duas das reclusas participantes justificaram os seus crimes com a existência de problemas financeiros (e.g. *“Foi isso que nos levou a roubar, porque uma pessoa pagava duzentos e cinquenta euros de renda, água, luz... não chegava quatrocentos euros. Uma pessoa não comia. Pagávamos as contas e não comíamos e acho que foi isso que me levou ao mundo do crime.”* - P7).

Não se verificou, no discurso das entrevistadas, uma alusão ao crime cometido através de referências diretas, na lógica de crime e castigo. Verifica-se que as referências ao crime despontaram de atribuições a um passado de múltiplas causalidades que conduziram à prática dos comportamentos ilícitos e, conseqüentemente, conduziram à entrada em meio prisional (Canteiro, 2006).

Nas suas histórias de vida, foram associadas as questões que se relacionam com motivações encontradas, ou fatores que conduziram a comportamentos desviantes, aparecendo as histórias de vida e os grupos de pares muito referidos como tendo estado na base do comportamento criminoso.

3.2. PERÍODO RECLUSÃO

3.2.1. Adaptação

Todas as participantes fizeram referência à sua adaptação ao Estabelecimento Prisional. A grande maioria, mais concretamente sete participantes, descreveram a sua adaptação como negativa e dolorosa (e.g. *“Não foi das melhores [...] fiquei muito chocada quando mostraram a minha cela. Foi uma coisa brutal, mesmo! “Eu não cabo aqui! Onde é que eu vou por a minha filha aqui?” Foi o impacto da cela, foi as colegas a olharem para mim de lado e depois aquela curiosidade “Estás presa porquê? E o que tu fizeste? Quanto tempo apanhaste?”. Depois não estava bem assim, eu falo por mim. Eu estive um bocado baralhada por causa da desintoxicação e não estava mesmo em mim.”* - P3) e apenas três reclusas participantes narraram a sua adaptação como tendo ocorrido de forma positiva (e.g. *“Consegui adaptar-me bem. Consegui rir, dando-me com pessoas que achava que ia conseguir ter amigas aqui dentro e que tenho.”* - P4).

Refira-se que uma das participantes, que caracterizou a sua adaptação como negativa, atribuiu isso ao afastamento geográfico em relação à família, uma vez que este EP se encontra, significativamente, mais longínquo que o EP, onde tinha estado

anteriormente em contexto de reclusão, facto que desencadeou uma maior irregularidade e frequência no contacto com os familiares (e.g. *“A primeira vez que estive detida é assim... não me custou tanto, porque eu tinha os meus pais. Tinha o meu pai, tinha a minha mãe, tinha sempre visitas, tinha apoio, tinha aquele carinho.”* - P2).

Uma das participantes, que descreveu a sua adaptação ao EP como positiva, atribuiu isso ao facto de este não ser o primeiro EP no qual esteve detida, uma vez que iniciou o cumprimento da sua pena noutra EP, argumentando, assim, já conhecer alguns aspetos fundamentais para se conseguir estar numa prisão (e.g. *“Aqui foi fácil, apesar de se sentir que aqui é mais prisão, é mais fria, é mais dura, é mais cimento. Foi fácil a minha adaptação aqui. Em Tires foi mais complicado. Também era novidade, não sabia para o que ia, era a primeira vez. Transitar de uma cadeia para a outra é mais coisa menos coisa. Uma pessoa já lá está uns anos, não é? Ensinaaram-me a saber estar numa cadeia, a saber lidar, a saber falar, a saber conviver, parar [...]”* - P1).

Salienta-se, ainda, que das sete participantes que mostraram ter tido uma má adaptação ao EP, duas apontam um sentimento de incapacidade para alguma vez se conseguirem adaptar ao contexto de reclusão (e.g. *“Eu não me consigo adaptar. Nunca me vou adaptar a isto! Porque é assim, eu fui criada num outro mundo, não este.”* - P9).

Como seria de prever, salvo exceções, a adaptação não é imediata, nem encarada de forma positiva. Verificou-se que, por um lado, existem reclusas que se adaptam bem ou, que pelo menos, manifestam essa ideia, que existem aquelas que se vão adaptando, pela necessidade de se sentirem bem (Canteiro, 2006), e por outro lado, existem reclusas que ainda não se chegaram a adaptar. Isto remete para as ideias de Haney (2003), ao referir que a adaptação à prisão se caracteriza por um processo complexo no domínio psicológico, que varia de indivíduo para indivíduo e com um carácter reversível, e para os estudos de Gonçalves (1993), que evidenciam a existência de diferentes tipos de reclusos, no que diz respeito à sua adaptação ao contexto prisional: os reclusos “bem adaptados”, os reclusos “mal adaptados”, os reclusos “sobre adaptados” e os reclusos “inadaptados”.

Canteiro (2006) refere que em momentos diferentes do tempo de reclusão, ou no cumprimento de diferentes penas, os indivíduos podem apresentar comportamentos mais ou menos adaptativos ao contexto, sendo que o percurso que vai sendo feito, ao longo do cumprimento da pena é crucial para influenciar e transformar a adaptação ao contexto prisional. No entanto, o processo de reclusão caracteriza-se por uma experiência de vida traumática, que requer modificações nos padrões básicos de vida e de funcionamento dos indivíduos reclusos (Harding & Zimmerman, 1989, citado por Canteiro, 2006).

Um aspeto que poderá ser importante na adaptação da população reclusa ao contexto prisional prende-se com as medidas de flexibilização da pena e com as visitas recebidas, que segundo Santos et al. (2003), contribuem, significativamente, para o alívio das tensões geradas, no dia a dia prisional.

Santos et al. (2003) destacam, ainda, a importância das medidas de flexibilização das penas como fatores favoráveis ao restabelecimento dos laços com a sociedade. Ora, com base na análise da Tabela 1 (p. 21), verifica-se que todas as reclusas participantes, sem exceção, beneficiam deste tipo de medidas. Estas medidas passam pela concessão de Licenças de Saída Jurisdicional (LSJ) e pela sua colocação no Regime Aberto no Interior (RAI), no Regime Aberto no Exterior (RAE) e no Regime de Visitas íntimas (RVI). Santos et al. (2003) referem que estas medidas de flexibilização devem ser entendidas como um contributo para tornar o cumprimento da pena de prisão mais digno e para melhorar as condições de detenção, constituindo um meio favorável à reintegração social da população reclusa.

Ver-se-á, nos pontos seguintes, quem visita as reclusas, com que frequência, e que tipos de apoios as reclusas percebem da parte das pessoas do exterior com quem mantêm contacto na prisão.

3.2.2. Visitas

No que concerne a visitas recebidas no EP, todas as reclusas participantes no estudo fizeram menção a elas. Das dez participantes, seis indicaram ter visitas regularmente, todas as semanas (e.g. *“As visitas que recebo aqui no EP é dos meus pais, do meu filho, do meu marido e dos meus enteados. Tenho visitas regularmente, todas as semanas. Nunca deixaram de me visitar [...]. Sempre tive visitas”* - P3), duas referiram receber visitas pouco frequentemente e de forma irregular (e.g. *“O meu irmão já cá veio ver-me com o meu filho, o meu filho também já cá veio com a minha prima, mas raramente tenho visitas”* - P9) e outras duas afirmaram não receberem visitas (e.g. *“Não quero cá ninguém. Não gosto de sobrecarregar as outras pessoas. Depois de ter precária nunca mais quis que ninguém cá viesse. Vou eu vê-los a eles.”* - P10).

Das oito reclusas participantes, que declararam receber visitas, quer frequentemente, quer irregularmente, constatou-se que estas são efetuadas apenas por familiares próximos: maridos/companheiros, pai, mãe, filhos, enteados, irmãos, avós e primos.

Em alguns dos casos, verificou-se que as visitas regulares foram escasseando. Isto poderá dever-se ao facto do esforço que cada deslocação, efetuada pelas famílias, acarreta para a concretização de uma visita.

Para além disso, averiguou-se que as reclusas que apresentam um tempo de pena maior são aquelas que indicaram receber visitas pouco frequentemente ou nunca, o que nos conduz à ideia de Lynch e Sabol (2001), de que, quanto maior o tempo de pena, menor o contacto dos reclusos com os seus filhos e restante família.

Convém, também, referir que muitas destas mulheres se encontram a cumprir pena num Estabelecimento Prisional, geograficamente distante das suas residências familiares, o que, segundo Hagan e Coleman (2001) e Santos et al. (2003), condiciona bastante a regularidade das visitas.

De acordo com Hariston (2002), outro aspeto que poderá influenciar a frequência e regularidade das visitas à população reclusa, poderão ser os procedimentos de segurança pelos quais os visitantes estão sujeitos, assim como as revistas efetuadas pelos guardas prisionais e os horários, que nem sempre facilitam a que as mesmas se concretizem. Segundo este mesmo autor, preservar uma relação com a família durante a reclusão, através de visitas, é um enorme desafio. No entanto, convém salientar que “as visitas são a única forma de contacto humano presencial com o exterior” (Moreira, 1994, citado por Santos et al., 2003, p.111) e constituem um elemento crucial na reintegração destas mulheres reclusas, uma vez que permitem a manutenção dos laços afetivos com o exterior (Santos et al., 2003).

3.2.3. Acompanhamento e apoio dos amigos

No que respeita ao acompanhamento e apoio da parte dos amigos, sentido pelas reclusas participantes no estudo, durante a sua reclusão, apenas duas referiram sentirem-se apoiadas pelos amigos, revelando, ainda, tratar-se de um apoio a nível emocional, transmitindo-lhes carinho, conforto e espaço para desabafar (e.g. “*Nunca nos podemos isolar. Temos de ter sempre alguém, faz bem eu ter alguém quando preciso de falar. Faz bem às pessoas. Também sinto que quando falam para mim ficam bem. [...] Toda a gente me trata com muito carinho.*” - P10). Oito das participantes manifestaram a inexistência de apoio recebido por parte de amigos (e.g. “*Amigos não! Sempre estive na droga, praticamente. O tempo que andei na droga não se criaram amigos. Depois, quando tive o meu marido, vivíamos só um para o outro*” - P9).

Aqui, verifica-se a escassez de apoio dos amigos, talvez por muitas destas reclusas apresentarem trajetórias de vida, cujo consumo de drogas esteve envolvente, e, como muitas referiram, a sua rede de amigos não era saudável, constituindo, em alguns casos, uma influência para a sua entrada na atividade criminosa.

Por outro lado, também se poderá justificar esta falta de apoio e perda de contacto com os amigos, devido ao facto de algumas reclusas se esforçarem, juntamente com a sua família, para omitirem a sua presente reclusão, perante a sociedade na qual se encontravam inseridas.

Verifica-se, assim, que, durante o período de reclusão, os amigos ficam numa vida para trás (Canteiro, 2006), como referem algumas participantes, quando dizem ter optado pelo distanciamento em relação aos mesmos.

3.2.4. Acompanhamento e apoio familiar

Todas as participantes no estudo revelaram sentir-se apoiadas pela família. Mencionaram receberem da parte da família apoios a nível financeiro, com a disponibilização de dinheiro e a nível emocional, com manifestações de carinho, preocupação, compreensão (e.g. *“Sinto-me completamente apoiada. Completamente! E apesar de tudo sou uma mulher com sorte. Tenho a minha família aqui todos os fins de semana. O apoio, basicamente, é sempre o mesmo. As palavras são as mesmas. É o “já falta pouco! Agora já está quase! Tu vais aguentar! Tu és uma mulher forte! Os teus filhos estão bem, não precisas de te preocupar com isso!” Ajudam-me incondicionalmente.”* - P7).

Assim, relativamente ao apoio experimentado durante o tempo de reclusão, todas as reclusas participantes sentem o apoio de elementos significativos, neste caso, apenas, provenientes das suas famílias. Segundo Cunha (2002), no caso específico das mulheres, muito embora estes estabelecimentos especiais existam em menor número, provocando um maior afastamento da área geográfica, as reclusas continuam a ser muito apoiadas pela família, facto que se verifica nestas participantes.

Salienta-se que este fator é fundamental no processo de reintegração das reclusas, na medida em que desempenha “um papel fulcral na não-dessocialização do recluso e na normalização da sua vida emocional” (Relatório da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas, 1997, citado por Santos et al., p.112).

Para além disso, as ligações preservadas com a família promovem uma reintegração positiva à população reclusa, quando estas regressam à vida em liberdade (Lemieux, 2002, citado por Canteiro, 2006), e funcionam como uma força moral ou uma base afetiva substancial para manter a população reclusa distanciada da reincidência (Beau, Goma Treignier & Lassalle, 2004).

Good (2004), por exemplo, destaca a importância da família, quer no interior, quer no exterior do contexto de reclusão, na medida em que desempenha um papel determinante no processo de reintegração.

3.2.5. Relação com outras mulheres reclusas

A relação com outras mulheres detidas no EP foi um tema abordado por todas as participantes. Das dez participantes, oito mencionaram terem uma boa relação com as companheiras também em reclusão (e.g. *“É boa, damo-nos todas bem. É raro haver problemas, pelo menos nesta ala onde eu estou, porque eu nunca estive nem na ala 3 nem na ala 4, onde há mais confusões e porrada. Vim logo para a ala 2 e da 2 passei para a ala 1 e tem sido boa. Dou-me bem com toda a gente.”* - P5) e apenas duas participantes referiram não manterem qualquer relação com as outras mulheres reclusas no EP, mostrando-se mais reservadas e evidenciando um sentimento de insegurança face às amizades no contexto de reclusão (e.g. *“Aqui, para sobreviver, cada uma tem saber viver a sua vida e estar no seu canto. Eu aprendi assim. [...] Não vale a pena fazer grupos, nem fazer parcerias com esta e com aquela, porque neste mundo, e lá fora também, mas mais aqui dentro, cada um puxa a brasa para a sua sardinha e é muito complicado às vezes a gente saber lidar com certas e determinadas situações. E para que isso aconteça a gente afasta-se, “o que é contigo não é comigo e o que é comigo não é contigo e está tudo bem”.”* - P6).

Ressalva-se que, das oito participantes que afirmaram manterem uma boa relação com outras mulheres reclusas, três revelaram tratar-se de relações bastante seletivas e cautelosas (e.g. *“Tenho que escolher porque há reclusas que são muito rebeldes, são pessoas que fazem negócios ou estão envolvidas em drogas e eu não quero ter diálogo com essas pessoas. Então escolho as pessoas. Pessoas que não se metam em negócios aqui dentro, que sejam humildes, que tenha um bom comportamento e que sejam bem vistas”* - P2), duas referem tratar-se de relações de carácter instável (e.g. *“Há dias em que estamos bem dispostas e damo-nos super bem e há dias em que acordamos mais mal dispostas e*

ralhamos umas com as outras” - P5), e uma participante diz tratarem-se de relações bastante superficiais (e.g. “É mais aquelas relações superficiais. Na cadeia nunca há grandes amizades, não dá para haver grandes amizades.” - P5).

Verifica-se que as relações estabelecidas entre as mulheres reclusas têm um caráter bastante minimalista. A forma como estas mulheres se relacionam com outras, igualmente em situação de reclusão, é suposto influenciar a sua adaptação ao Estabelecimento Prisional, mas não se dispõe de dados suficientes que permitam fazer considerações a esse respeito no caso das reclusas participantes.

3.2.6. Ocupação

Todas as mulheres reclusas participantes revelaram já terem estado envolvidas, anteriormente ou atualmente, numa ocupação durante o seu período de reclusão. Como se pode observar na Tabela 2 (p. 22), estas ocupações passam pelo seu envolvimento em experiências de trabalho, na escola (através dos Cursos EFA), em formações, em cursos e noutras atividades.

Das oito reclusas participantes que frequentaram a escola, todas salientaram a importância da escola, referindo-se a esta experiência como a mais relevante e útil tanto durante o cumprimento de pena, como para quando regressarem à vida em liberdade (e.g. *“O principal que fiz aqui foi estudar até onde cheguei, o 9º ano. [...] Os estudos vão-me dar alguma coisa. [...] Se eu não tivesse o 9º ano não poderia agora fazer o curso de estética. Acho que o mais importante que eu adquiri aqui na cadeia foi estudar até ao 9º ano. Eu vou continuar a estudar. Quando acabar os cursos vou entrar mais tarde [...] e depois regresso à escola, sei que vou atrasada mas vou tentar dar o meu melhor para ver se saio com o secundário.” - P8), tendo, também destacado o envolvimento nas atividades laborais na prisão como uma experiência proveitosa para o seu regresso à vida em liberdade (e.g. *“Podem-me abrir alguns caminhos lá fora. Se lá fora houver alguma oportunidade que me surja, que tenha a ver com alguma coisa que tenha feito aqui dentro, que eu já saiba fazer, para mim pode-me abrir algum caminho.” - P6).**

Sendo esta última visão subscrita, também, pelas duas reclusas que não obtiveram frequência escolar em contexto prisional (e.g. *“Para mim é muito útil. São coisas que eu na rua também posso fazer, que aprendi aqui e que na rua também posso continuar a fazer.” - P4).*

Para a integração sócio profissional, as características sócio demográficas, como por exemplo, a profissão e as habilitações literárias das mulheres reclusas, assumem um papel relevante (Solmon, Johnson, Travis e McBride, 2004; Travis & Petersilia, 2001).

Travis, Cincotta e Solomon (2001) fazem referência à baixa escolaridade e às baixas competências de empregabilidade, como fatores de risco. No entanto, através da análise da Tabela 1 (p. 21), verificase que as profissões das reclusas participantes passam, maioritariamente, pela venda ambulante, lidas domésticas e serviços de restauração, e que as suas habilitações literárias à data de entrada no EP vão apenas do 4.º ano ao 9.º ano de escolaridade.

A análise da Tabela 2 (p. 22) permite, por sua vez, constatar que todas estas reclusas, ao longo do seu percurso prisional, investiram (e continuam a investir) na sua formação académica, através da frequência nos cursos EFA ou noutras formações, o que elevou, significativamente, as suas habilitações académicas e qualificações para quando regressarem à vida em liberdade. Outro aspeto digno de nota remete para os investimentos e explorações que as reclusas desenvolveram na área profissional. Como se verifica através da Tabela 2 (p. 22), todas as reclusas participantes, sem exceção, tiveram (e continuam a ter) a oportunidade de exercer uma atividade laboral, na maioria dos casos em várias áreas, durante a sua reclusão, o que se pressupõe ter aumentado o seu capital de competências e, com isso, o seu potencial de empregabilidade aquando do regresso à liberdade.

Segundo Hagan e Dinovitzer (n.d., citado por Solomon, Johnson, Travis & McBride, 2004), durante o tempo em que está na prisão, a população reclusa dissipa oportunidades de emprego, competências técnicas e hábitos de trabalho. No entanto, as reclusas participantes revelam um grande envolvimento nas áreas de trabalho e da educação, contribuindo para compensação destas perdas originadas pela reclusão.

Neste EP, observa-se que o trabalho prisional é atribuído às mulheres reclusas que o queiram frequentar, como dignificante, na medida em que atende à prevenção especial, também esta encarada como uma finalidade das penas. Deste modo, e de acordo com Lynch e Sabol (2001), o envolvimento destas mulheres reclusas nas atividades laborais, serve-lhes de elemento fundamental à reinserção, uma vez que procura dotá-las de competências técnicas, pessoais e sociais, que lhes permitam, no exterior, proceder às suas necessidades económicas, através do exercício de uma profissão.

No EPESCB, os trabalhos apresentados à população reclusa, são entendidos como um dever cívico, contrariamente a uma imposição, aumentando, assim, a adesão das reclusas a este tipo de atividades e fomentando a produtividade.

Solomon, Johnson, Travis e McBride (2004) referem que grande parte da população reclusa, embora possua oportunidades de trabalho na sua reclusão, nem sempre reconhece o devido valor dessa experiência. No entanto, as reclusas participantes referem as suas atividades laborais como mais valias do seu processo de reclusão e como meios favoráveis à sua reintegração social e apresentam perspectivas positivas de colocação num emprego, antecipando a possibilidade de serem integradas em trabalho a tempo inteiro.

A ocupação profissional na cadeia é percecionada, pelas reclusas, como sendo uma mais valia na sua vida, quer durante, quer após o cumprimento de pena. Estas mais valias passam pela aprendizagem do cumprimento de horários, pelo saber conviver com as pessoas, pela aquisição do sentido de responsabilidade, pelo aumento da capacidade de comunicação, pelo aumento da capacidade de cultura, pela desinibição, pelo favorecimento na procura de empregos num futuro, com a possibilidade de lidarem com o passar do tempo em contexto de reclusão, etc. (e.g. *“Ajuda-me a conviver com as pessoas, a ficar mais desinibida, mais responsável. É útil para os empregos, para ser mais favorecida.”* - P9).

Num estudo desenvolvido por Atkinson e Rostad (2003), a prática de uma atividade durante o tempo de pena é salientada como um fator promotor de competências profissionais e de aprendizagens vocacionais, que podem refletir efeitos a curto e a longo prazo, reduzindo também a probabilidade de reincidência. De acordo com Canteiro (2006), estas atividades têm o objetivo, para além da ocupação, de oferecer às reclusas uma realidade a que teriam acesso no exterior e, também, a possibilidade de poderem aumentar os seus conhecimentos, competências e escolaridade, com vista a facilitar a sua reinserção social. Para além disso, as atividades laborais também podem ser percecionadas como uma referência ao exterior, pelo facto de lhes permitirem a obtenção de uma responsabilização por alguma coisa. O trabalho que os reclusos vão desenvolvendo no decorrer das suas penas permite-lhes, assim, uma aproximação aos trabalhos desenvolvidos no exterior (Salomon, Johnson, Travis & McBride, 2004) e são propícios ao desenvolvimento do seu sentido de responsabilidade social (Santos et al., 2003). Aparentemente, as reclusas participantes estão conscientes destes benefícios. Pois, além de verem o seu envolvimento nas atividades (laborais, formativas, escolares e lúdicas) que o EP disponibiliza como uma forma de passarem o tempo, reconhecem, principalmente, que tal constitui um investimento no (seu) futuro. De resto, a possibilidade de participação nas atividades do EP (e os ganhos pessoais com isso obtidos no imediato e a prazo) surge à cabeça dos aspetos considerados mais positivos da experiência de reclusão, como se verá no ponto seguinte.

A par da ocupação laboral e com grande destaque, surgem os Cursos EFA frequentados pelas reclusas. Com efeito, embora as reclusas façam referência à ocupação laboral e à frequência de formações/cursos como bastante úteis para o seu regresso à liberdade, atribuem maior relevância, para o sucesso da sua reintegração, ao seu investimento na formação académica. Isto poderá dever-se ao facto de algumas atividades laborais terem uma natureza que poderá ser um pouco limitada para as ofertas no mercado de trabalho do mundo exterior.

3.2.7. Aspetos positivos da reclusão

Todas as participantes fizeram referência a aspetos considerados positivos da experiência de reclusão.

Estes aspetos positivos passaram, maioritariamente, pela oportunidade do crescimento académico e frequência escolar (e.g. *“Ter a oportunidade de continuar a estudar foi um sonho da minha vida.”* - P1), por mudanças na capacidade de autocontrolo e na forma de lidarem com as diversas situações no dia a dia (e.g. *“Consegui ser mais... uma pessoa mais calma, porque eu não era assim na rua. Consegui saber lidar melhor com as coisas.”* - P4), pelas condições do espaço físico aos quais se encontram alocadas (e.g. *“Termos boas condições, temos uma cela só para nós [...]”* - P5), por mudanças positivas na personalidade e na capacidade de lidar com a solidão (e.g. *“Ganhei uma nova personalidade. Também aprendi a viver sozinha, porque nós aqui dentro estamos sozinhos [...]”* - P6), pela maior capacidade de atribuir valor às coisas e à vida (e.g. *“Aprender a darmos mais valor à vida. Damos mais a valor ao que realmente importa. Não pensamos em futilidades. Eu lá fora não dava valor ao que tinha, dava valor à futilidade. Hoje em dia já não.”* - P7), pelo afastamento do mundo do crime e pela oportunidade de desintoxicação (e.g. *“Acho que foi uma mais valia pelo menos por uma coisa, deixar a droga. Afastar-me do mundo do crime, das pessoas, dos sítios [...]”* - P9), pela aproximação a novas pessoas (e.g. *“O bom disto foi conhecer as senhoras guardas, se não nunca as tinha conhecido.”* - P10), pela oportunidade de trabalhar (e.g. *“O trabalho também! Coisas que aprendi muito melhor.”* - P4) e pela possibilidade de conhecer a realidade da prisão (e.g. *“E se eu não tinha vindo para aqui não sabia o que era o mundo. Uma pessoa, que anda a viver entre família, desconhece que o mundo também é isto.”* - P10).

O discurso das participantes torna bem explícitas e evidentes as potencialidades da experiência de reclusão, como oportunidade de aprendizagem ao longo da vida.

3.2.8. Aspectos negativos da reclusão

No que diz respeito aos aspectos negativos do período de reclusão, todas as participantes referiram o afastamento em relação à família, como o fator mais doloroso de todo o seu período de detenção (e.g. *“O mais negativo aqui é estar fechada e não pode estar com quem eu mais quero: os meus filhos, o meu marido.”* - P4).

A solidão, os castigos e o facto de se encontrarem fechadas, também foram mencionados pelas reclusas participantes como aspectos negativos da reclusão (e.g. *“O pior aqui dentro é eu estar sozinha, estar sozinha dentro da cela. Acho que isso me vai traumatizar para o resto da vida.”* - P7; *“À mínima má palavra que nós damos às guardas, às vezes nem más palavras damos, somos logo castigadas.”* - P5; *“É estarmos fechadas [...] Eu graças a deus trabalho até às cinco e meio mas é muito hora fechada.”* - P5).

Como referido anteriormente, a distância geográfica dos Estabelecimentos Prisionais às residências familiares, bem como os custos que as deslocações carregam para a realização das visitas, constituem fatores contraproducentes do processo de reclusão (Lynch e Sabol, 2001), aspectos que também foram referidos pelas reclusas participantes. No entanto, relembra-se que apesar desses inconvenientes, as reclusas referem continuarem a ser muito apoiadas pelas suas famílias.

3.3. PERÍODO PÓS RECLUSÃO

3.3.1. Objetivos pessoais de vida para o regresso à liberdade

No regresso à liberdade, as reclusas participantes perspetivam objetivos pessoais que envolvem o seu investimento na formação académica (e.g. *“Eu queria acabar a faculdade. Pelo menos a licenciatura.”* - P1), o investimento num trabalho (e.g. *“É ocupar-me, trabalhar naquilo que gosto, no que for possível. Seja o que for [...] Se fosse possível era restauração. A hotelaria é um trabalho que eu gosto muito. Se fosse possível, se não for possível ponho-me a lavar as casas de banho, o problema é meu. Desde que seja honesto e que eu consiga andar na rua com a cabeça erguida, já vale a pena.”* - P3), e a recuperação da ligação com a família (e.g. *“A primeira coisa que eu espero, que eu espero não, que eu vou fazer, é recuperar o tempo perdido com a minha família. Isso sem dúvida.”*

[...] *Eu tenho todo o apoio da minha família mas eu sei que não lhes dei o valor e atenção que eles mereciam.*” – P3).

Mais uma vez, percebe-se a importância do ensino, da ocupação laboral e da família, como fatores, assumidamente importantes no processo de reintegração das mulheres em cumprimento de pena, uma vez que, as reclusas participantes manifestam o desejo de potenciarem os seus investimentos nestas três áreas.

Aqui, já se verifica o interesse das reclusas em conservarem um trabalho após o seu cumprimento de pena, assim como um interesse em investirem na sua formação académica, o que parece bastante favorável à sua reintegração social, uma vez que alguns estudos (referidos anteriormente) mostram que a população reclusa que mantém um trabalho, durante o tempo da sua reclusão, ou que frequenta cursos de formação profissional, obtém melhores resultados depois de sair da prisão (Seiter & Kadela, 2003). Salienta-se, em particular, o estudo de Clark, (2001, citado por Santos et al., 2003) que, comprova a vantagem do investimento no ensino e na formação profissional, durante o período de reclusão, indicando que os reclusos que não participaram em aulas ou cursos de formação durante o cumprimento da sua pena são mais suscetíveis de reincidir no crime.

Nesta fase, também se assume como fundamental o reencontro e a ligação com as suas famílias (Santos et al., 2003), especialmente com os seus filhos (Rose & Clear, 2002), estando a vontade e a preocupação com este contacto, expressa no discurso das participantes nesta investigação. Esta vontade e interesse evidenciados pelas reclusas participantes parecem ser fatores relevantes para o processo da sua reintegração, uma vez que Hariston (2002), demonstra o contacto persistente com a família, durante e após o tempo de reclusão, como um fator de extrema relevância na redução da reincidência, trazendo, também, benefícios para todos os envolvidos. Isto, observa-se nas reclusas participantes, uma vez que todas elas referem sentirem-se bastante apoiadas pelas famílias e, paralelamente, exibem uma preocupação constante em reforçar os laços familiares aquando o seu regresso à liberdade, o que constituirá um fator favorável à sua reintegração.

3.3.2. Valência das perspetivas pessoais do futuro em liberdade

Estas mulheres antecipam o futuro do regresso à liberdade de forma otimista, fazendo referência à expectativa de uma atitude positiva por parte das outras pessoas, a uma boa adaptação, a um estilo de vida mais saudável, a um bom ajuste à rotina, à reaproximação com as famílias, e ao sentimento de dever cumprido (e.g. “*Ai meu deus,*

naquele próprio dia, vai ser uma festa. Vai ser um misto de emoções ali todas juntas. “Já passou! Já cá estou!”. Vai ser a maior alegria da minha mãe. Eu penso no dia da minha liberdade e tenho a minha mãe na cabeça e eu a ver os meus filhos.” - P7).

Três das reclusas participantes têm, no entanto, perspectivas de futuro mais desfavoráveis. Estas participantes fazem alusão às dificuldades, na procura de emprego e à relação destas com o estigma da reclusão e preconceito social que lhes surge associado (e.g. *“O que eu idealizo, que é mesmo assim, não vai ser fácil. Não vai, isto é, porque onde eu moro toda a gente sabe que eu estou presa. [...] Não vai ser fácil lidar com as pessoas a olharem para nós de lado e fazerem comentário. Acho que isso e trabalho vão ser as minhas grandes dificuldades quando chegar lá fora. [...] É mais difícil confiar numa pessoa que já tenha estado detida” - P3).*

Refira-se que a facilidade maior ou menor da reintegração é percebida, pelas participantes, como o sentimento que cada uma delas possui em relação a si, na sua interação com o mundo que a rodeia, abarcando questões familiares, aspetos relacionados com o mundo laboral, a rede de relações, as suas ações ou sentimentos e como antecipam a sua relação com a sociedade aquando o seu regresso à vida em liberdade. Deste modo, salienta-se a necessidade da criação de programas que permitam à população reclusa, um acompanhamento, dentro e fora do contexto prisional, e que exerçam um auxílio no seu regresso ao exterior, de modo a lidarem, de forma saudável e positiva, com o seu regresso à vida em liberdade, aspeto que reforça as ideias de Solomon, Gouvis e Waul (2001).

Destaca-se, também, que o momento de saída das reclusas é um momento importante para serem desenvolvidos bastantes esforços no sentido da reintegração das mesmas, uma vez que, se assume como um período crítico de readaptação do indivíduo à sociedade, fato concordante com as ideias de Solomon, Johnson, Travis & McBride (2004). Nesse momento, segundo os autores Solomon, Johnson, Travis & McBride (2004) o papel da família e a posse de um emprego, apresentam-se como bastante importantes para a satisfação das suas necessidades de adaptação. De acordo com estes autores, salienta-se que, se estas participantes forem bem enquadradas e acompanhadas aquando o seu momento de regresso à liberdade, podem constituir-se elementos produtivos da sociedade.

3.3.3. Perspetivas de apoio

Verifica-se que o apoio que as reclusas participantes vão antecipando, remete apenas para as suas famílias. As dez participantes evidenciaram contar com o apoio dos pais em termos económicos e na obtenção de um trabalho (e.g. *“Preciso de uma casa, que me deem casa, sei que os meus pais dão. Que me ajudem nos primeiros dias. Eles têm de me levar com eles os primeiros dias para a feira para eu ganhar dinheiro, para depois poder comprar o meu material. Mas primeiro têm que ser eles a ajudarem-me.”* - P5). Destas dez participantes, quatro mostraram contar com o apoio da família também em termos de conforto emocional (e.g. *“Eu neste momento, quando sair vou precisar de todo o tipo de apoio, vou precisar deles em tudo, principalmente no afeto. Devo confessar que preciso muito do carinho, se não fico desmotivada.”* - P3).

Nenhuma destas reclusas participantes espera receber qualquer apoio proveniente dos amigos (e.g. *“Dos amigos não espero nada. Se nunca me deram nada aqui, lá fora também não vou ter o apoio deles.”* - P5).

Em suma, todas as reclusas participantes referem uma perceção positiva do apoio no exterior. No entanto, este suporte é, apenas, referido à família mais próxima (pais, irmãos, maridos/companheiros), ao passo que os apoios oriundos dos amigos não são percecionados.

3.3.4. Perspetivas para as relações de amizade

Seis das reclusas participantes apresentaram perspetivas de carácter mais negativo, apontando para uma rede de amizades bastante restrita e seletiva (e.g. *“Eu quando sair daqui os meus amigos são a minha família e o meu marido. Em relação aos outros, se eu tiver uma amizade vai ter que ser bem construída, mas da estaca zero. [...] E muito sinceramente, as amizades que eu tinha são amizades que não quero voltar a ter.”* - P3).

No entanto, quatro das participantes perspetivam as suas relações de amizade de um modo favorável, e mostram interesse na obtenção de novos amigos (e.g. *“Quero um mundo novo. Eu acho que uma pessoa, ao procurar um espaço novo, também encontra novas pessoas, pessoas que também nos abrem outras portas. Eu quero-me relacionar, porque eu sou um ser humano. Quero-me relacionar com outras pessoas, que não sejam do mundo que eu me relacionei. Mas, para isso, eu tenho de estabelecer um caminho, que é o caminho que eu tenho de procurar quando chegar lá fora.”* - P6).

Mais uma vez, constata-se que as participantes não têm grandes expectativas em relação ao apoio provindo dos amigos. Na compreensão deste resultado, uma vez mais, não pode ignorar-se o facto de muitas destas reclusas apresentarem percursos de vida nos quais o consumo de drogas esteve presente, e, como muitas referiram, a sua rede de amigos não era percecionada como saudável, constituindo em alguns casos, uma influência para a prática dos consumos ou até mesmo para a atividade criminosa.

Verifica-se, também, que estas reclusas revelam cautela no estabelecimento das próximas relações de amizade.

3.3.5. Perspetivas para as relações familiares

As reclusas participantes antecipam a qualidade das suas relações com família de modo bastante positivo. Todas as participantes exibiram otimismo face a estas relações mostrando esperarem um grande apoio da parte das suas famílias (e.g. *“Vão ser ótimas, isso é sem dúvida alguma. Ótimas porque como já lhe disse sou uma privilegiada em ter a família que tenho. Depois de todas as asneiras que eu fiz e do mal que eu fiz a mim e á minha família, eu tenho uns pais que muitos gostariam de ter, sem duvida. E um marido também e uns filhos espetaculares. Isso em relação à família estou completamente à vontade. Sei que em momento algum eles me desampararão. Eles estão sempre lá.”* - P3).

Salienta-se que, segundo Good (2004), a família desempenha, permanentemente, um papel fundamental no processo de reinserção da população reclusa seja no interior ou no exterior do contexto de reclusão.

Segundo Solomon, Waul, Hess e Travis (2005), quando uma pessoa, ex-reclusa, regressa à vida em liberdade é frequente depara-se com alguma tensão e alguma preocupação da parte da família, visto que esta poderá recear a possibilidade de um novo comportamento criminal. No entanto, as reclusas participantes não fazem qualquer alusão, que remeta para a expectativa de uma postura preocupada, vigilante ou controladora das suas famílias, relativamente a uma possível reincidência. Apenas parecem esperar ter de lidar com a desconfiança de pessoas externas ao núcleo familiar, como se verá de seguida.

3.3.6. Perspetivas de (re) integração na sociedade

Todas as participantes demonstraram estar preocupadas com a sua aceitação por parte das outras pessoas, e o desejo de não ficarem rotuladas como reclusas (e.g. *“Gostava*

que fosse bom. Gostava que as pessoas não me encarassem como ex-reclusa. Nunca mais falar da cadeia, ou porque estive presa” - P2).

Duas das participantes também referiram a importância do fortalecimento da ligação com a família e com a sociedade, na conquista da sua confiança (e.g. *“Gostava que os laços que eu tenho com a minha família se mantivessem, principalmente o laço da confiança. [...] Dependendo da família que tenho sei que vou ser bem recebida. Sei que vou ter alguém a dizer: “Olha deixa lá isso. Amanhã é um dia novo. Tu vais conseguir. Não conseguiste hoje arranjar um trabalho mas amanhã consegues. Nós estamos cá.” Temos que conquistar a sociedade, demonstrar que realmente errámos mas que mudámos e cabe-nos a nós mostrar isso.” - P3).*

Ressalva-se, ainda, que três das reclusas participantes salientaram a importância de uma atividade laboral ou do investimento na formação académica para o seu processo de (re) integração na sociedade (e.g. *“Gostava que tivéssemos muito apoio a nível de arranjar logo um emprego ou estudar.” - P7).*

Mais uma vez, estão aqui evidentes as preocupações das reclusas participantes em conseguirem apoio na sua reintegração, pela via da formação e do exercício de uma atividade profissional.

3.3.7. Fatores de influência no processo de (re) integração

Os fatores enunciados incluem referência ao apoio da sociedade (e.g. *“Estou à espera da ajuda da sociedade, sei lá... do apoio, da boa vontade dos outros.” - P1), ao apoio da família, ao esforço pessoal, à confiança em si próprias (e.g. “O apoio da minha família mas também a minha força de vontade, porque se eu não tiver força de vontade as coisas não chegam a lado nenhum. A iniciativa própria, acho que tem que ser um ponto de partida, tem de partir de mim se eu quiser ser alguém, eu tenho que escolher.” - P6) e à rápida colocação no mercado de trabalho (e.g. “Darem-me um trabalho, já sair daqui com um trabalho. Eu sair daqui da cadeia e já saber que tenho trabalho lá fora.” - P8).*

Uma vez mais, está evidente a influência do apoio recebido pelos familiares, da sociedade e das atividades laborais nas perspetivas de (re) integração social que as mulheres reclusas, participantes no estudo, vão construindo para o seu regresso á vida em liberdade. Aqui, também se observa que as participantes atribuem importância à própria força de vontade e aos próprios esforços, para as suas mudanças positivas e para a sua (re) integração.

3.3.8. Perspetivas de emprego

Em relação às perspetivas de emprego, apesar da maioria das reclusas mencionar a atual dificuldade em conseguir-se um trabalho, todas avançam a procura de uma atividade laboral ou a frequência de cursos/formações, como forma de prepararem o seu futuro. Salienta-se que a maioria das participantes mostra-se convencida de que obterá um emprego através da ajuda de familiares (e.g. *“Muito boas, muito boas! Tenho muitas perspetivas. Se as minhas primas não precisarem na lavandaria vou procurar outro. Eu antes de entrar aqui tinha-me inscrito no Centro de Emprego e ia fazer um curso de cabeleireiro.”* - P4).

Ainda que se cinja a uma expressão de motivação ou intenção e não seja possível estimar a probabilidade real de obtenção de um emprego, este resultado é animador, considerando a relação que a investigação tem vindo a evidenciar entre o aumento do rendimento e a diminuição dos crimes (Johnson, Travis e McBride, 2004).

Além disso, como já referido anteriormente, de acordo com Piehl (2003), um emprego acarreta benefícios em diferentes domínios, especificamente, no domínio individual, familiar, da comunidade e da sociedade. No domínio individual, a posse de um emprego desempenha uma função importante na reabilitação, uma vez que possibilita às reclusas a oportunidade de desenvolverem um novo papel, enquanto elemento produtivo da sociedade, fomentando a sua reintegração. A posse de um emprego permite, também, perceber se o indivíduo se encontra numa trajetória da não delinquência. Para além disso, e ainda mais importante, os benefícios que um emprego traz são inúmeros, quer ao nível do aumento de competências, de experiência profissional e da sua capacidade de autossustentabilidade, quer pela sua integração numa rotina de relações pró sociais que, anteriormente à sua reclusão, não eram muito frequentes (Piehl, 2003).

Caçõ (2004), enfatiza a importância do trabalho como um elemento útil na promoção de sentimentos de eficácia e de retorno à normalidade, difundindo, assim, o sentimento de pertença e desenvolvendo a autoestima. Deste modo, os novos papéis, as novas rotinas e o apoio social que o contexto de emprego possa ajudar a estruturar e a obter são fatores cruciais, que poderão possibilitar às reclusas fazer a transição para a liberdade e adaptarem-se com sucesso às mudanças, nela implicadas (Sampson & Laub, 1990).

Naturalmente, por todos estes motivos, e a manter-se o cenário de recessão económica, não deixa de ser preocupante, que não venham a confirmar-se as expectativas de fácil colocação no mercado de emprego, expressas por estas reclusas.

3.3.9. Participação e envolvimento em atividades sociais, culturais e de lazer

Em relação à participação e envolvimento das participantes em atividades sociais, culturais e de lazer, três referiram não saberem, ainda, se irão investir nesta área (e.g. *“Não sei. Só quando for lá para fora é que vou saber. Aqui dentro, nós vivemos num mundo muito diferente do que pensamos lá fora depois.”* - P5) e uma relatou não ter tempo para este tipo de atividades (e.g. *“Não tenho tempo para essas coisas, não vou ter tempo para isso. Eu sou mãe de três filhos, acho que não vou ter tempo. Não vou conseguir conciliar com tudo: filhos, escola casa e trabalho ou estudo. [...] Afinal eu não sou muito de artes, de cinema... não gosto muito dessas coisas, não sou muito virada para aí.”* - P7).

Ao invés, as outras seis participantes manifestaram a intenção de virem a envolver-se neste tipo de atividades, quando regressarem à vida em liberdade. Quatro reclusas participantes mencionaram a prática de desporto e de exercício físico (e.g. *“Quero praticar sempre exercício. Vou inscrever-me logo no ginásio mal saia daqui. Pelo menos fazer três vezes por semana e a minha caminhada.”* - P2), uma reclusa participante referiu atividades de contacto com a natureza (e.g. *“Gostava de campismo com a família, com os meus filhos e marido. Tenho mais tendência para isso. Um fim de semana na praia, no rio ou numa piscina. Levar o frigorífico atrás de mim. Esse tipo de convivência para mim é o que me chama mais a atenção.”* - P6), e uma participante demonstrou interesse em iniciar atividades de voluntariado (e.g. *“A minha intenção é ajudar seja quem for. Doentes nos hospitais, e coisas assim.”* - P10).

3.3.10. Intenções em frequentar cursos de formação profissional

Nove das dez reclusas participantes pretendem vir a frequentar um curso de Educação e Formação de Adultos, após o cumprimento das suas penas e apenas uma se mostra incerta em relação a essa possibilidade (e.g. *“Se aparecer alguma coisa talvez. Agora assim não sei.”* - P5). As áreas de formação que referem são a estética e cabeleireiro, a mecânica e a culinária (e.g. *“Sim, gostava muito. Gostava de tirar o curso de estética. Gosto muito.”* - P9).

3.3.11. Mudanças geradas pela reclusão

Todas as participantes percecionam a sua reclusão como um ponto de viragem nas suas vidas, que lhes foi propício a inúmeras mudanças.

Estas mudanças passam pelo auto conhecimento, pela aquisição de um maior sentido de responsabilidade, pelo aumento das capacidades de comunicação com os outros, de relacionamento interpessoal e de adaptação, por alterações (positivas) nas suas personalidades, pelo aumento de autoestima e pela maior capacidade de valorização de pormenores que antes lhes seriam mais indiferentes (e.g. *“Aprendi a gostar mais de mim. Agora, para mim, até ir ao café é maravilhoso. Coisas que eu não ligava... como é que eu hei de explicar? Amar tudo, até amar uma flor. Até gostar de uma flor, gostar da natureza. Dou valor a tudo!”* - P2).

Verifica-se que, e corroborando as conclusões de Canteiro (2006), as mudanças provocadas pelo contexto de reclusão, referidas pelas participantes, variam em grau e envolvem diferentes esferas de vida, sobretudo, da pessoa das reclusas.

Estas mudanças são, assim, percecionadas na forma de ganhos, sendo reconhecido, essencialmente, o valor humanizador da experiência de reclusão. Estes ganhos são, fundamentalmente, intrínsecos às reclusas, que encaram a sua reclusão como um espaço de introspeção onde, para além das reflexões e das aprendizagens feitas sobre a vida e sobre as pessoas, teve lugar um processo de autoanálise transformador do *self*. Parece, de facto, estar-se perante a rutura restauradora a que se refere Lhuillier e Lemiszewska (2001), que, tal como defendem os autores, poderá potenciar a qualidade de (re) integração social destas reclusas, quando regressam à vida em liberdade.

O abandono dos consumos, também, foi referido por muitas das reclusas participantes como um dos proveitos da prisão. Para estas mulheres reclusas, o tempo de prisão pode servir de trampolim para um salto qualitativo nos seus estilos de vida, possibilidade reconhecida por Solomon, Waul, Hess e Travis (2005).

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TRABALHOS FUTUROS

Tendo em consideração os resultados obtidos na presente investigação e a discussão apresentada, apontam-se algumas conclusões e implicações do presente estudo.

Em primeiro lugar, as mulheres em cumprimento de pena perspetivam o seu futuro de vida, pós reclusão, de uma forma muito positiva, antecipando com otimismo os acontecimentos desse seu período de vida. Contudo, manifestam um sentido de controlabilidade pessoal apenas moderado, em relação aos mesmos, pois, não obstante estarem convencidas de que os investimentos que têm feito, e que pretendem continuar a fazer na sua formação académica e profissional, veem o apoio familiar como decisivo no processo da sua futura colocação no mundo do trabalho. De resto, a família apresenta-se praticamente como o único esteio e o último reduto de confiança que estas mulheres conseguem identificar nas suas vidas, tanto durante como após a reclusão, razão pela qual as visitas e os benefícios pessoais que, delas extraem (entre os quais parece poder incluir-se a própria motivação para o envolvimento em oportunidades de desenvolvimento pessoal), aparentam ser primordiais, tanto no quotidiano da prisão, como no modo como idealizam o futuro fora da prisão.

Em segundo lugar, os projetos futuros destas reclusas alicerçam-se, fundamentalmente, na firme convicção de que as aprendizagens pessoais, escolares e profissionais, formais, informais, e não formais, que a(s) experiência(s) de reclusão lhes têm proporcionado, as levará de volta à sociedade com um capital de saberes e um perfil incomparavelmente mais valorizado, acreditando, de algum modo, que a reclusão as colocou em vantagem, se não em relação a outros candidatos a emprego, pelo menos em relação ao que seriam os seus recursos pessoais à entrada da prisão. As direções para as quais pretendem orientar, futuramente, os seus investimentos – para a formação, para a profissão e para a família (só mais raramente para atividades sociais ou de lazer) – parece indicar que a prisão conseguiu restaurar o sentido de responsabilidade e estimular as reclusas à adoção de um estilo de vida, em que o crime parece ceder lugar ao trabalho produtivo.

Os resultados que estão na base destas duas conclusões sinalizam, no entanto, um aspeto que, sendo virtuoso no que de esperança mostra existir nas expectativas das

reclusas, se associa a perigos no que, nessas mesmas expectativas, pode conduzir a frustração e a desânimo. É que, sendo verdade que, do ponto de vista da empregabilidade, as reclusas possam encontrar-se bem melhor equipadas à saída do que à entrada da prisão, não é linear que isso seja, por si só, garantia de facilidade no acesso às oportunidades sociais de emprego, tanto mais que o seu cadastro criminal tenderá a reduzir, em maior ou menor grau, o seu valor para o mercado. Parece, por isso, fundamental, ajudar as reclusas a perspetivar o futuro com maior realismo e flexibilidade, apoiando-as no processo de construção dos seus projetos vocacionais futuros, de forma continuada e contingente às oportunidades de exploração vocacional que vão vivenciando, de modo a permitir-lhes identificarem uma gama de alternativas de investimento vocacional pós reclusão, que possam mostrar-se pessoalmente satisfatórias (assentes nos significados pessoais extraídos das ocupações em reclusão) e que possam estender-se a todas as esferas de vida, e não só ao domínio formativo e profissional. Nesse sentido, a implementação de projetos de intervenção em consulta psicológica vocacional, individual ou em grupo, poderia mostrar-se especialmente útil no que se refere à exploração cognitiva-emocional de todas as experiências de reclusão, bem como no apoio à integração dos ganhos decorrentes de aprendizagens sobre si próprias e sobre a realidade, num *self* mais robusto e, por isso, mais capaz de lidar com os desafios imprevisíveis ou indesejados, mais imediatos ou diferidos no tempo, da reintegração social.

Embora se considere que esta investigação ajude a compreender uma pequena parte do universo da reclusão feminina em Portugal, numa sociedade em que este fenómeno permanece elevado e se encontra largamente por estudar, reconhecem-se, igualmente, as limitações do presente trabalho, das quais se destacam: (1) a utilização de um método de investigação transversal, que não é suficientemente sensível a variações na experiência das reclusas ao longo dos vários momentos de cumprimento das penas e que não permite avaliar em que medida os ganhos da reclusão e as intenções identificadas pelas reclusas se convertem comportamentalmente em (que tipo de) ações e reações após a sua saída em liberdade; (2) o número limitado de participantes envolvidas na investigação, o que impossibilita a generalização dos resultados; (3) a escassa literatura nacional sobre a reintegração e sobre os mecanismos que a tornam mais eficaz, o que dificultou a análise interpretativa dos resultados; (4) e o efeito de desejabilidade social que, pode ter afetado o conteúdo de algumas das respostas das reclusas à entrevista, nomeadamente no intuito de veicularem uma imagem positiva, quer da instituição prisional, quer de si próprias em relação ao modo de encararem e lidarem com os desafios do futuro.

Percebida a importância de trabalhos, que possibilitem uma compreensão do fenómeno da reclusão feminina e da reintegração social da população reclusa, torna-se importante referirem-se algumas ideias para futuros estudos a serem desenvolvidos nesta área, nomeadamente, investigações que: (1) possibilitem uma compreensão mais profunda dos elementos presentes nas histórias de vida das reclusas, visando, designadamente, a identificação de aspetos que possam ser preditores de sucesso no processo de reintegração social desta população reclusa; (2) procurem perceber as influências causadas pelo distanciamento geográfico dos Estabelecimentos Prisionais, em relação às suas áreas de habitação, de modo a estudarem o impacto da reclusão nos indivíduos e nas suas famílias bem como no processo de reintegração social; (3) permitam o acompanhamento longitudinal das reclusas, durante a sua reclusão e após a sua saída do Estabelecimento Prisional, possibilitando uma melhor compreensão da evolução do processo de reintegração social e comparando as perspetivas das participantes com a sua satisfação relativamente ao que verdadeiramente acontece, quando já se encontram em liberdade; (4) procurem perceber a influência da toxicodependência na formação das perspetivas de reintegração social das mulheres reclusas, uma vez que a dependência de drogas descreve a realidade de muitas mulheres em contexto prisional; (5) permitam comparar as perspetivas de reintegração social de mulheres em cumprimento de pena com diferentes percursos criminais, diferentes penas e diferentes medidas de flexibilização, bem como estudos comparativos das perspetivas de reintegração social de homens e de mulheres reclusos; (6) incidam na população reclusa reincidente e que permitam a identificação e compreensão de possíveis falhas no processo de reintegração social dessas reclusas.

Estes estudos poderiam servir de referência para o desenho de projetos de intervenção psicológica a desenvolver durante e no fim do período de cumprimento de pena, no sentido de promover a reconstrução pessoal das reclusas face à nova etapa de reestruturação do seu estilo de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeda, E. (2002). *Corregir y castigar: el ayer y hoy de las carceles de mujeres*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Almeda, E. (2003). *Mujeres encarceladas*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Antunes, M. e Pinto, I. (2011). *Execução das penas e medidas privativas da liberdade*. Coimbra Editora.
- Atkinson, R. & Rostad, K. A. (2003). *Can inmates become an integral part of the U.S. workforce?* Washington DC: The Urban Institute.
- Baldissarella, F. (n.d.). *Teoria da Prevenção Especial*. In http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9013
- Beau, O.; Goma, E.; Treignier, C. & Lassalle, O. (2004). *La réinsertion après une vie carcéral*. In <http://prison.eu.org/spip.php?article4692>.
- Cação, R. (2004). Apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação: Reflexões sobre a natureza, significado e eficácia destes apoios. *Revista Integrar*, nº 21 e 22. Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- Campenhoudt, L., Quivy, R. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Campos, B.P. (1991). *Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social*. Porto: Afrontamento.
- Canteiro, C. (2006). *Vivências da reclusão e da pós reclusão: histórias vividas e memórias contadas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto, Portugal.
- Carlen, P. (2007). A reclusão de mulheres e a indústria de reintegração. *Análise Social*, XLII (185). p.1005-1019.
- Cole, F. L. (1988). Content analysis: process and application. *Clinical Nurse Specialist*. 2(1), p. 53–57.
- Combessie, P. (2004). *Sociologie de prison*. Paris: Editions la Découverte.
- Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional. (2004). *Relatório final*. Ministério da Justiça.
- Correia, E. (2007). *Direito criminal, I*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, M. (2002). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.

-
- Dias, J. F. (1993). *Direito penal português: As consequências jurídicas do crime*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Dias, J. R. (1996). A educação de adultos em Portugal no contexto da educação ao longo da vida. Situação. Alternativas. Recomendações. In *Conselho Nacional de Educação*. Lisboa. p. 9-17.
- Elo, S., & Kyngas, H. (2007). The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursin*. 62(1), p. 107-115.
- Ferreira, V. (1991). Sobrelotação prisional e sobrelotação em Portugal. *Temas Penitenciários*. Lisboa, S.2, nº 3/4, p.7-38.
- Fonseca, C. (2008). *Mulheres em cumprimento de pena: Um estudo exploratório no sistema prisional português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina – Universidade do Porto. Portugal.
- Fonseca, C. (2010). Viver da/a droga: A realidade feminina da reclusão. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Instituto da droga e da Toxicodependência. p. 3383-3396.
- Foucault, M. (2004). *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (2005). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Goffman, G. (2005). *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspetiva.
- Gomes, C. (2003). *Reinserção Social dos Reclusos – Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.
- Gonçalves, C. M. (1998). A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens. *Comunicação apresentada na 5ª Conferência Bial da EARA*. Budapeste, Hungria.
- Gonçalves, R. A. (1993). *A adaptação à prisão: um processo vivido e observado*. Lisboa: Direção Geral dos Serviços Prisionais.
- Good, L. (2004). *Family support is key to staying out of prison, say ex-offenders in Chicago*. The Urban Institute. In <http://www.urban.org/publications/900762.html>
- Hagan, J. & Coleman, J. P. (2001). Returning captives of the American war on drugs: Issues of community and family reentry. *Crime and Delinquency*, 47 (3). p. 352-367;
- Hamburgo (1997). *Declaração final e agendada para o futuro*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Haney, C. (2003), *The psychological impact of incarceration: implications for post-prison adjustment*. In Travis, J. & Waul, M. M. (2003). *From prisoners once removed: the*
-

- impact of incarceration and reentry on children, families, and communities*. Washington. DC: Urban Institute. p. 33-66.
- Hariston, C. F. (2002). *Prisoners and families: Parenting issues during incarceration. A paper prepared for the from prison to home: the effect of incarceration and reentry on children, families and communities*. Washington DC: The Urban Institute.
- Imaginário, L. (2001a). *A aprendizagem dos adultos: conceitos fundamentais para pôr o problema da aprendizagem dos adultos*. In Imaginário, L. & Castro, J. M. (2011). *Psicologia da formação profissional e da educação de adultos – Passos passados, presentes e futuros*. Coletânea de Textos. Livpsic.
- Imaginário, L. (2001b). *Aprendizagem dos adultos: desenvolvimento histórico da educação e formação de adultos (EFA) em Portugal*. In Imaginário, L. & CASTRO, J. M. (2011). *Psicologia da Formação Profissional e da Educação de Adultos – Passos Passados, Presentes e Futuros*. Coletânea de Textos. Livpsic.
- Lhuilier, D, & Lemiszewska, A. (2001). *Le choc carcéral: Survivre en prison*. Bayard Éditions.
- Lynch, J. & Sabol, W. (2001). *Prisoner reentry in perspective*. Crime policy report, v.3. Washington DC: The Urban Institute.
- Machado, V. (2009). *A reintegração social do preso: Uma análise sobre os principais discursos contrários e favoráveis à finalidade ressocializadora da pena*. In <http://jus.com.br/artigos/18118/a-reintegracao-social-do-preso>
- Matos, R. & Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. *Análise Social*. XLII. p. 1041-1054.
- McGuire, J. (2011). Redução da reincidência de ofensores adultos: uma revisão de métodos e resultados. *Revista de Reinserção Social e Prova: Ousar Integrar*. Ano 4, n.º 8, p. 9-25. Ministério da Justiça: Direção Geral da Reinserção Social.
- Moreira, S. J. (2008). *Saída (precária) prolongada: Uma aritmética do insucesso*. In Rocha, J. L. (2008). *Entre a reclusão e a liberdade: Pensar a reclusão*, II. Coimbra: Almedina.
- Patto, P. V. (2008). *Reflexões sobre os fins das penas. Psicologia e Justiça*. Coimbra: Almedina.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. Newbury Park: Sage Publications.

- Piehl, A. (2003). Crime, work and reentry. *Employment Dimensions of Prisoner Reentry: Understanding the Nexus between Prisoner Reentry and work*. New York: The Urban Institute.
- Pollock, J. (1998). *Counseling women in prison*. Thousand Oak: Sage Publication.
- Provedoria da Justiça. (1996). *Relatório sobre o sistema Prisional*. Lisboa.
- Provedoria de Justiça. (1997). *Instituto de Reinserção Social. Relatório Especial do Provedor de Justiça apresentado à Assembleia da República*. Lisboa. p. 16.
- Rose, D. & Clear, T. (2002). *Incarceration, reentry and social capital: Social networks in the balance. A paper prepared for the from prison to home: the effect of incarceration and reentry on children, families and communities*. Washington DC: The Urban Institute.
- Sampson, R. & Laub, J. H. (1990). Crime and deviance over the life Course: The salience of adult social bonds. *American Sociological Review*, 55 (5).
- Santos, B. S. et al. (2003). *A Reinserção social dos reclusos: um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Observatório permanente da justiça portuguesa. Centro de Estudos Judiciais. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.
- Seiter, R. P. & Kadela, K. R. (2003). Prisoner reentry: What works, what does not and what is promising. *Crime and Delinquency*, 49 (3).
- Silva, G. M. (2001). *Parte Geral: Introdução e Teoria da Lei Penal*. I. 2ª ed. revista. Lisboa: Editorial Verbo.
- Sitoe, R. M. (2006). *Aprendizagem ao longo da vida: um conceito utópico? Comportamento organizacional e gestão*. 12 (2). p. 283-290. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Solomon, A., Gouvis, C. & Waul, M. (2001). *Summary of focus group with ex-prisoners in the district: Ingredients for successful Reintegration*. Washington DC: The Urban Institute.
- Solomon, A., Jonhson, K., Travis, J. & McBride, E. C. (2004). *From prison to work: The employment dimensions of prisoner reentry*. A Report of the Reentry Roundtable. Washington DC: The Urban Institute.
- Solomon, A., Waul, M., Hess, A. & Travis, J. (2005). *Outside the walls: national snapshot of community-based prisoner reentry programs*. Washington DC: The Urban Institute.
- Taveira, M. C. (2004). *A Avaliação da exploração vocacional*. In Leitão, L. M. (2004). *Avaliação psicológica em orientação escolar e profissional*. Coleção Psicologias, n.º 7. Quarteto.
-

Travis, J. & Petersilia, J. (2001). Reentry reconsidered: A new look at an old question. *Crimes and Delinquency*, 47 (3). p. 291-313.

Travis, J., Cincotta, E. & Solomon, A. (2003). *Families left behind: The hidden costs of incarceration and reentry*. Washington DC: The Urban Institute.

UNESCO (1998). *V Conferência Internacional Sobre Educação de Adultos*.

Outras fontes Consultadas:

Código Penal: http://bdjur.almedina.net/citem.php?field=item_id&value=1172595, acedido em 12 de Setembro de 2012.

DGSP: http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/Estatisticas_e_Relatorios/2-trimestre-2012.pdf, acedido em 20 de Novembro de 2012.

ANEXO A - RECLUSÃO FEMININA EM PORTUGAL

Tabela 3

População reclusa por género

População prisional	Nº de reclusos	Percentagem (%)
Homens	12730	94,40
Mulheres	760	5,60
Total de reclusas	13490	100 %

Tabela 4

Distribuição das mulheres reclusas por tipo de Estabelecimento Prisional

População prisional	Nº de reclusos	Percentagem (%)
Estabelecimentos Prisionais Centrais	12	1,6
Estabelecimentos Prisionais Regionais	58	7,6
Estabelecimentos Prisionais Especiais	672	88,4
Estabelecimentos Psiquiátricos não Prisionais	18	2,4
Total de reclusas	760	100 %

Tabela 5

Situação jurídica das mulheres reclusas por nacionalidade

Habilitações Literárias	Número	Percentagem (%)
Preventivas	215	28,3
Condenadas	545	71,7
Total de reclusas	760	100 %

Tabela 6

Mulheres reclusas condenadas segundo os crimes

Crimes	Total	Crimes	Total
Crimes contra pessoas	95	Furto simples e qualificado	47
Abuso Sexual	5	Outros	25
Homicídios	51	Crimes relativos a estupefacientes	259
Ofensas à Integridade física	9	Tráfico	239

Violação	0	Associação criminosa	0
Violência doméstica	3	Tráfico de menor gravidade	17
Outros	27	Percursos	0
Crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade	36	Tráfico-consumo	2
Incêndio	2	Outra	1
Outros	34	Outros crimes	38
Crimes contra o património	117	Crimes rodoviários	15
Roubo	45	Outros	23
Total de reclusas		545	

Tabela 7

Nacionalidade das mulheres reclusas

Portuguesas		Estrangeiras		Total
Número	Percentagem (%)	Número	Percentagem (%)	
579	76,2	181	23,8	760

Tabela 8

Habilitações literárias das mulheres reclusas

Habilitações Literárias	Número	Percentagem (%)
Não sabe ler nem escrever	72	9,4
Sabe ler e escrever	78	10,3
Com frequência de ensino	591	77,8
1º Ciclo Ensino Básico	213	28
2º Ciclo Ensino Básico	120	15,8
3º Ciclo Ensino Básico	142	18,7
Secundário	84	11,1
Ensino Superior	27	3,6
Outros Cursos	5	0,7
Informação não disponível	19	2,5
Total de reclusas	760	100 %

ANEXO B - ESTABELECIMENTO PRISIONAL ESPECIAL DE SANTA CRUZ DO BISPO

Tabela 9

Nacionalidade da População Reclusa no EPESCB

País de Origem	Nº de reclusas	Percentagem (%)
Argentina	1	0,33
Bolívia	2	0,66
Brasil	5	1,66
Cabo Verde	1	0,33
Eslovénia	1	0,33
Espanha	4	1,32
Grécia	1	0,33
Guiné-Bissau	2	0,66
Itália	2	0,66
Portugal	279	92,38
Roménia	3	0,99
Venezuela	1	0,33
Total de reclusas	302	100 %

Tabela 10

Situação Jurídica da População Reclusa do EPESCB

Situação Jurídica	Nº de reclusas	Percentagem (%)
Condenadas	242	79,61
Preventivas	50	16,45
Aguardar trânsito	9	2,96
Em trânsito	3	0,99
Total de reclusas	304	100 %

Tabela 11

Crimes da População Reclusa Preventiva do EPESCB

Tipo de crimes	Nº de reclusas	Percentagem (%)
Abuso de confiança	1	0,94
Agravação	9	8,49
Associação criminosa	11	10,38
Burla	4	3,77
Coação	2	1,89
Condução de veículo sem habilitação legal	1	0,94
Corrupção	3	2,83
Detenção de arma proibida	5	4,72
Extorsão	1	0,94
Falsidade de depoimento ou declaração	1	0,94
Falsificação ou contrafação de documentos	3	2,83
Furtos	5	4,72
Homicídios	4	3,77
Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas	2	1,89
Lenocínio	1	0,94
Ofensa à integridade física grave	1	0,94
Recetação	1	0,94
Roubo	9	8,49
Sequestro	1	0,94
Tráfico de armas	1	0,94
Tráfico de estupefacientes e outras atividades ilícitas	40	37,74
Total de crimes	106	100 %

Tabela 12

Crimes da População Reclusa Condenada do EPESCB

Tipo de crimes	Nº de reclusas	Percentagem (%)
Abuso sexual	4	1,11
Abuso de cartão de garantia ou de crédito	2	0,56
Abuso de confiança	3	0,83
Agravação	9	2,50
Ameaça	1	0,28
Associação criminosa	1	0,28

Branqueamento	1	0,28
Burla	19	5,28
Coação	2	0,56
Condução perigosa de veículo rodoviário	4	1,11
Condução de veículo sem habilitação legal	9	2,50
Condução sob influência de produtos estupefacientes	1	0,28
Contra a genuinidade, qualidade ou composição de géneros alimentícios e aditivos alimentares	1	0,28
Contrafação	3	0,83
Emissão de cheque sem previsão	3	0,83
Danificação ou subtração de documento e notação técnica	1	0,28
Dano	1	0,28
Desobediência	2	0,56
Detenção ilegal de armas e outros dispositivos, produtos ou substâncias em locais proibidos	15	4,17
Falsidade de depoimento ou declaração	2	0,56
Falsificação ou contrafação de documento	18	5,00
Furtos	39	10,83
Homicídios	22	6,11
Injurias	3	0,83
Lenocínio	2	0,56
Maus tratos	2	0,56
Ofensa à integridade física	5	1,39
Pornografia de menores	1	0,28
Profanação de cadáver ou de lugar fúnebre	4	1,11
Rapto	2	0,56
Recetação	6	1,67
Resistência e coação sobre funcionário	4	1,11
Roubo	29	8,06
Sequestro	4	1,11
Tráfico de estupefacientes e outras atividades ilícitas	130	36,11
Uso de documento de identificação ou de viagem alheio	1	0,28
Violação de domicílio ou perturbação de vida privada	3	0,83
Violência depois da subtração	1	0,28
Total de crimes	360	100 %

Tabela 13

Tempo de Pena da População Reclusa do EPESCB

Tempo de pena (anos)	Nº de reclusas	Percentagem (%)
Até 1 ano	3	1,23
De]1 – 5] anos	91	37,45
]5 – 10] anos	118	48,56
]10 – 15] anos	16	6,58
]15 – 20] anos	10	4,12
]20 – 25] anos	5	2,06
Total de reclusas	243	100 %

Tabela 14

Medidas de Flexibilização da População Reclusa do EPESCB

Medidas de Flexibilidade	Nº de reclusas	Percentagem (%)
Sem medidas de flexibilidade	226	74,34
Licença Saída Jurisdicional	28	9,21
Prisão por dias livres	1	0,33
Regime aberto no interior	48	15,79
Regime aberto no exterior	1	0,33
Total de reclusas	304	100%

Tabela 15

Reincidência da População Reclusa do EPESCB

Reincidência	Nº de reclusas	Percentagem (%)
Primárias	217	72,09
Reincidentes	84	27,91
Total de reclusas	301	100%

Tabela 16

Idades da População Reclusa no EPESCB

Faixa etária (anos)	Nº de reclusas	Porcentagem (%)
[20 – 25] anos	23	7,62
[26 – 30] anos	38	12,58
[31 – 35] anos	52	17,22
[36 – 40] anos	62	20,53
[41 – 45] anos	40	13,25
[46 – 50] anos	34	11,26
[51 – 55] anos	33	10,93
[56 – 60] anos	10	3,31
[61 – 65] anos	7	2,32
[66 – 70] anos	2	0,66
Mais de 70	1	0,33
Total de reclusas	302	100 %

Tabela 17

Habilitações Literárias da População Reclusa do EPESCB

Habilitações literárias	Nº de reclusas	Porcentagem (%)
Desconhecida	158	52,67
1º Ciclo	54	18,00
2º Ciclo	19	6,33
3º Ciclo	32	10,67
Ensino secundário	18	6,00
Ensino superior	2	0,67
Analfabeta	17	5,67
Total de reclusas	300	100 %

Tabela 18

Profissões anteriores ao período de detenção da População Reclusa no EPESCB

Profissões	Nº de reclusas	Porcentagem (%)
Desconhecidas ou sem profissão	85	28,33
Desempregadas	17	5,67
Empregada doméstica	52	17,33
Doméstica	19	6,33

Costureira	6	2,00
Feirante	14	4,67
Telefonista	1	0,33
Vendedora	37	12,33
Cozinheira	6	2,00
Auxiliar de enfermagem	1	0,33
Sócia gerente	1	0,33
Empregada de mesa	7	2,33
Bancária	2	0,67
Empregada de balcão	9	3,00
Agricultora	1	0,33
Monitora de desenho e pintura	1	0,33
Secretária	1	0,33
Reformada	4	1,33
Empregada de armazém	1	0,33
Auxiliar de ação médica	2	0,67
Auxiliar de ação educativa	3	1,00
Telefonista	1	0,33
Empregada hoteleira	1	0,33
Comercial	4	1,33
Auxiliar de apoio administrativa	1	0,33
Advogada	1	0,33
Cabeleireira	2	0,67
Operária fabril	5	1,67
Consultora financeira	1	0,33
Bordadeira	1	0,33
Esteticista	2	0,67
Técnica de qualidade	1	0,33
Mediadora	2	0,67
Assistente dentária	1	0,33
Empresária	2	0,67
Delegada de informação médica	1	0,33
Estudante	2	0,67
Operadora de máquinas	1	0,33
Operadora de marketing	1	0,33
Total de reclusas	300	100 %

Tabela 19

Estado Civil da População Reclusa no EPESCB

Estado civil	Nº de reclusas	Percentagem (%)
Desconhecida	12	4,00
Viúva	16	5,33
Casada	57	19,00
Solteira	172	57,33
Divorciada	41	13,67
União de facto	2	0,67
Total de reclusas	300	100 %

Tabela 20

Número de filhos no EPESCB

Reclusas com filhos no EPESCB	18
Reclusas sem filhos no EPESCB	0
Total de crianças	18

Tabela 21

Ocupação no período de reclusão da População Reclusa do EPESCB

Ocupação	Nº de reclusas	Percentagem (%)
Sem ocupação	228	75,00
Auxiliar cozinha	2	0,66
Bar funcionários	1	0,33
Cabeleireiro	1	0,33
Calçado	2	0,66
Copa Ala 1	2	0,66
Creche	1	0,33
Curso de mesa	9	2,96
Engomadaria	2	0,66
Escola	3	0,99
Espaço artesanal	3	0,99
Faxina de Ala/Geral	7	2,30
Jumbo	1	0,33
Lavandaria	1	0,33
M La Foret	1	0,33

Oficinas	36	11,84
Polismar	3	0,99
Serviço Messe	1	0,33
Total de reclusas	304	100%

Tabela 22

Frequência nos cursos EFA

Frequência	Nº de reclusas	Porcentagem (%)
Frequentam	86	28,50
Não frequentam	216	71,50
Total de reclusas	302	100 %

ANEXO C – DOCUMENTAÇÃO

C.1. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE DADOS

Direção Geral dos Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Planeamento e de Relações Externas

Porto, 28 de Setembro 2012

Ex.^{mo} Sr. Diretor Geral dos Serviços Prisionais,

Eu, Josiana Rita Simões Silva, estudante do 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, venho por este meio solicitar a autorização de V. Ex.^a no sentido de recolher dados junto de um grupo de mulheres reclusas, a fim de desenvolver a minha tese de Mestrado. Sendo a minha área de especialização o ramo de Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, estou a realizar uma tese sobre a Reclusão Feminina sob orientação da Professora Doutora Inês Nascimento, tendo como título “A influência da experiência de reclusão na formação das perspetivas de (re)integração social de mulheres em cumprimento de pena”.

Por questões relativas a fatores como distância e tempo, gostaria de solicitar, preferencialmente, e se possível, autorização para desenvolver a minha investigação no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, na medida em que este incorpora pessoas reclusas do sexo feminino e a minha tese reporta-se exclusivamente à Reclusão Feminina, sendo assim imprescindível a colaboração de um número razoável de mulheres reclusas (mínimo de 10 reclusas) para recolha dos dados de investigação.

Junto envio um conjunto de documentos contendo os objetivos de investigação, descritos mais detalhadamente (Anexo 1) e no qual também explico o tipo de metodologia a adotar (Anexo 2), o cronograma (Anexo 3), e o Guião com indicação do tipo de dados que pretendo recolher junto das reclusas, bem como as questões que lhes tencionarei colocar e as informações que lhes serão previamente facultadas (Anexo 4).

Em apreciação ao gesto de disponibilidade, apoio e acolhimento, farei chegar à Direção Geral dos Serviços Prisionais – Direção dos Serviços de Planeamento e de Relações Externas, uma cópia integral da minha investigação que contemplará a informação obtida junto das mulheres reclusas do referido EP.

Desde já agradeço a atenção e disponibilidade dispensada da vossa parte, aguardando uma breve resposta.

Atentamente,
Josiana Rita Silva

C.2. DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO



Declaração de Consentimento Informado

No âmbito da Tese de Mestrado do curso de Psicologia, no ramo de especialização de Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, está a ser desenvolvida uma investigação sobre a Reclusão Feminina. Esta investigação procura perceber, mais especificamente, a influência da experiência de reclusão nas perspetivas de (re) integração social.

A participação neste estudo apenas implica a resposta a algumas questões acerca do seu período de vida antes, durante e após o seu cumprimento de pena. De um modo geral, tratam-se de questões relacionadas com a sua experiência de reclusão.

Para facilitar o processo de tratamento e análise dos dados será necessário proceder-se à gravação da conversa, para posteriormente possibilitar a sua transcrição, sendo esta, depois de concluída, fornecida à participante para que possa rever as suas respostas e acrescentar eventuais novos dados e/ou comentários.

Destaca-se que tudo o que for dito e registado durante a entrevista, apenas será conhecido por mim e pela pessoa que me orienta nesta investigação e teremos o cuidado de não revelar a identidade de quem colabore se os resultados do estudo vierem a ser publicados.

No caso de aceitar colaborar nesta investigação, terá todo o direito em desistir a qualquer momento, sem de forma alguma, ser prejudicada.

Eu, _____ tomei conhecimento das condições de participação na investigação, nomeadamente a gravação da entrevista, e aceito participar no estudo.

Data ____ / ____ / ____

A investigadora,

C.3. DECLARAÇÃO DE ACESSO À TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA**Declaração de Acesso à Transcrição de Entrevista**

Eu, _____, participante na investigação sobre Reclusão Feminina, tive acesso à transcrição da entrevista realizada, de modo a efectuar comentários e/ou observações consideradas convenientes.

Data ____ / ____ / ____

(investigadora)

C.4. CARTA INFORMATIVA



28 de Junho de 2013

Cara _____,

A sua participação no estudo sobre Reclusão Feminina, no âmbito da Tese de Mestrado do curso de Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, revelou-se bastante produtiva para a presente investigação.

Conforme combinado, aquando da sua participação no estudo, faço chegar-lhe a transcrição de toda a nossa conversa durante a entrevista em que colaborou. O documento que agora lhe é entregue irá ficar ao seu cuidado no período de três dias, durante os quais terá a oportunidade de contactar e rever as suas respostas. Peço-lhe que proceda à leitura da mesma, de modo a clarificar e/ou acrescentar eventuais novos dados e/ou fazer alguns comentários que a leitura da mesma lhe suscite. Para isso, utilize o espaço reservado para o registo de dados/comentários após o texto relativo a cada uma das suas respostas. Entrarei em contacto consigo no dia 2 de Julho para que me possa entregar de volta este documento.

Destaco que tudo o que foi dito e registado durante a entrevista, apenas é conhecido por mim e pela pessoa responsável pela minha orientação nesta investigação, estando sempre garantido o seu anonimato. No entanto, após a leitura de toda a transcrição, pode, se desejar, ocultar alguma informação que considere poder levar à sua identificação, bastando para tal, solicitá-lo no nosso próximo encontro.

Este encontro, com cerca de 30 minutos de duração, terá lugar após terem decorrido os três dias de análise efectuada por si à transcrição. Nele, procurarei dialogar consigo sobre os registos que tenha efetuado e pedirei a sua ajuda na compreensão de aspetos mais específicos de algumas das suas respostas, de modo a assegurar que entendi a relação entre tudo o que me transmitiu na entrevista.

Obrigada pela disponibilidade e pela sua participação!

(investigadora)

ANEXO D – DOCUMENTAÇÃO DE RECOLHA E DE ANÁLISE DOS DADOS

D.1. QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**Questionário Sociodemográfico**

Entrevista nº _____

Reclusa nº _____

1) Idade

2) Ocupações profissionais e extra profissionais anteriores à reclusão_____
_____**3) Habilitações literárias antes da reclusão**

4) Habilitações Literárias atuais

5) Estado civil

6) Filhos Sim ☐Não ☐**7) Idade dos Filhos**

8) Número de filhos menores no Estabelecimento Prisional

9) Crime pelo qual foi condenada_____
_____**10) Tempo de pena**

11) Cômputo da pena

a. 1/2 _____

b. 2/3 _____

c. 5/6 _____

d. Termo da pena _____

12) Medidas de flexibilização de pena Sim ☐Não ☐**13) Reincidência** Reclusa Primária ☐Reclusa Reincidente ☐

D.2. PROTOCOLO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA

Protocolo de Entrevista Individual Semiestruturada

Antes da entrevista:

O meu nome é Josiana Rita, sou estudante do 5.º Ano de Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e estou a realizar esta investigação no âmbito da Tese de Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça. O estudo em questão debruça-se sobre a Reclusão Feminina, mais especificamente sobre a influência da experiência de reclusão nas perspetivas de (re) integração social. Este tema foi escolhido com base no interesse que esta área me desperta e o trabalho que irei desenvolver é importante para a conclusão do meu curso.

Para facilitar o tratamento e análise dos dados peço-lhe autorização para poder gravar a nossa conversa, de modo a poder transcrevê-la e, posteriormente, dar-lhe acesso à mesma.

Tudo o que for dito durante esta nossa conversa apenas será conhecido por mim e pela pessoa que me orienta nesta investigação e teremos o cuidado de não revelar a identidade de quem colabore se os resultados do estudo vierem a ser publicados.

Guião da entrevista

Questões a colocar às participantes durante a entrevista:

Período anterior à detenção:

- 1) Como era a sua vida antes de ter sido detida e julgada?

Período de reclusão:

- 2) Conte-me a sua história desde que entrou na prisão.
- 3) Como foi a sua adaptação ao Estabelecimento Prisional?
- 4) Fale-me acerca das visitas que recebe aqui no Estabelecimento Prisional.
- 5) Fale-me acerca do acompanhamento e apoio que lhe tem sido dado pelos amigos e familiares neste seu período de reclusão.

-
- 6) Fale-me sobre a sua relação com outras mulheres, no Estabelecimento Prisional, também em cumprimento de pena.
 - 7) Que atividades, experiências e aprendizagens, tem vindo a desenvolver aqui na prisão que considera poderem ser úteis na realização dos seus projetos quando tiver a hipótese de sair em liberdade?
 - 8) Quais são os aspetos que considera serem mais negativos no seu período de reclusão?
 - 9) E os aspetos que considera serem mais positivos deste mesmo período?

Período pós-reclusão:

- 10) Fale-me das suas perspetivas para o futuro, sobre aquilo que quer ou espera vir a ser e a fazer após o cumprimento da sua pena.
- 11) O que acha que vai acontecer quando chegar lá fora?
- 12) Como acha que passarão a ser as suas relações de amizade?
- 13) Como acha que passarão a ser as suas relações com a família?
- 14) Que tipo de apoios espera receber da sua família e amigos quando regressar à vida em liberdade?
- 15) Como gostaria que fosse o seu processo de reintegração na sociedade?
- 16) Na sua opinião, o que poderá influenciar a sua reinserção na sociedade?
- 17) Fale-me das suas perspetivas de emprego para o seu período de vida após o cumprimento de pena.
- 18) Que perspetivas e intenções tem vindo a formar acerca da sua participação e envolvimento em atividades sociais, formativas, culturais e de lazer no seu período de vida pós-reclusão?
- 19) Fale-me acerca das suas intenções em frequentar cursos de formação profissional após o seu cumprimento de pena.
- 20) O que acha que pode fazer, tanto agora aqui na prisão, como lá fora, para voltar a ter uma vida normal e concretizar os seus objetivos?
- 21) Em que medida considera que o seu período de reclusão constituirá um ponto de viragem na sua vida, propício a uma grande mudança? Que mudança será essa?

Após a entrevista:

Penso que já recolhi informação necessária para a realização desta investigação. Desde já, agradeço a sua colaboração. Se houver alguma coisa que não tenha ficado clara, alguma dúvida que tenha acerca da conversa que acabamos de ter ou de algum assunto relacionado com a investigação estou disponível para a esclarecer. Também lhe quero dizer que terei todo o gosto em partilhar consigo a transcrição desta nossa conversa de modo a que possa refletir sobre o conteúdo da mesma e acrescentar algum comentário. Mais uma vez muito obrigada pela sua disponibilidade e colaboração.

D.3. CATEGORIAS

Tabela 23

Categorias

Categorias	Subcategorias
Período Pré-reclusão	Qualidade de vida Infância Relação com a família Relação com os amigos Motivo do crime
Período Reclusão	Adaptação Visitas Acompanhamento e apoio dos amigos Acompanhamento e apoio familiar Relação com as outras mulheres reclusas Ocupação Aspetos positivos da reclusão Aspetos negativos da reclusão
Período Pós-reclusão	Objetivos pessoais de vida para o regresso à liberdade Valência das perspetivas pessoais do futuro em liberdade Perspetivas de apoio Perspetivas para as relações de amizade Perspetivas para as relações familiares Perspetivas de (re) integração na sociedade Fatores de influência no processo de (re) integração Perspetivas de emprego Participação e envolvimento em atividades sociais, culturais e de lazer Intenções em frequentar cursos de formação profissional Mudanças geradas pela reclusão